



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANTONIA SANDRA HONORIA DE SOUSA

**ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO/CE: UM OLHAR SOBRE SUAS
RELAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS.**

FORTALEZA

2018

ANTONIA SANDRA HONORIA DE SOUSA

ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO/CE: UM OLHAR SOBRE SUAS
RELAÇÕES ESPACIAIS.

Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido.

Orientadora: Prof^a. Dra. Alexandra Maria de Oliveira.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S696a Sousa, Antonia Sandra Honoria de.
Assentamento Antônio Concelheiro/CE: um olhar sobre suas relações sócio-espaciais. / Antonia Sandra Honoria de Sousa. – 2019.
100 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Alexandra Maria de Oliveira.
1. Questão agrária. . 2. Luta pela terra. . 3. Campesinato. I. Título.

CDD 910

ANTONIA SANDRA HONORIA DE SOUSA

ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO/CE: UM OLHAR SOBRE SUAS
RELAÇÕES ESPACIAIS.

Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido.

Orientadora: Prof^a. Dra. Alexandra Maria de Oliveira.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Alexandra Maria de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dra. Sandra Maria Fontenele Magalhães
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Prof. Dr. Raimundo Lenilde de Araújo
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Aos meus familiares e amigos com todo
carinho e dedicação.

AGRADECIMENTOS

A meus pais Adalto e Antonia por estarem presentes e apoiarem em todas as decisões de minha vida.

A meus irmãos Messias, Antonio, Edmilson e Marcos, pelo carinho e proteção.

A minha orientadora Dr. Alexandra Maria de Oliveira, pela paciência e esforço a mim oferecido.

Aos colegas da Pós-Graduação em Geografia pela amizade e companheirismo em especial a pernambucana Izabela e ao baiano Adriano.

As minhas amigas: Nikaely, Ana Dyenice, Aline, Eumara e Yanna, que sempre estiveram ao meu lado.

Ao mutirão dos colegas: Grasielle Ribeiro, Caio Victor e Fabiano Fontinele pela ajuda nos momentos finais.

A minha irmã Katia Pires, pela amizade duradoura.

Aos professores Lenilde e Sandra Fontenele pelas maravilhosas contribuições e críticas sobre a pesquisa no período da qualificação.

Aos assentados (as) do assentamento Antônio Conselheiro pelo carinho, acolhida e entrevistas cedidas. Em especial aos companheiros Manuel Câmara, Fatima Silva, Zeunit, Gildo, Gisele e Paloma.

Aos estudantes da Escola do Campo Francisca Pinto, pelas horas de conversa, das quais pude ter o prazer da convivência.

Aos alunos do EJA da comunidade Umari, assentamento Antônio Conselheiro, pela aceitação das atividades realizadas.

Aos estudantes e ex-estudantes da Escola Família Agrícola Dom Fragoso, presente no Assentamento.

A FUNCAP, pelo apoio financeiro na realização da pesquisa.

Ao meu querido amigo e amado Mônaco Gomes que me incentiva a buscar o meu melhor.

RESUMO

A pesquisa teve como proposta analisar a importância da luta pela e reforma agrária popular na recriação do campesinato a partir de estudo de caso do Assentamento Antônio Conselheiro, localizado entre os municípios de Ocara e Aracoiaba no Ceará. A escolha do estudo de caso no Antônio Conselheiro deu-se devido ao diálogo com os estudantes da EFA Dom Fragoso. Alguns jovens assentados que estavam comemorando seus projetos de vida no assentamento e contentes com o início da construção da Escola do Campo Francisca Pinto da Silva. Uma escola camponesa com uma proposta curricular baseada nos princípios da agroecologia e da convivência com o semiárido. O método desenvolvido tem por base os autores que discutem o campo a partir do paradigma da questão agrária no Brasil. A pesquisa qualitativa foi desenvolvida no diálogo com os sujeitos envolvidos nas comunidades. A participação do pesquisador no cotidiano do assentamento foi fundamental para uma leitura crítica da comunidade. Ao longo do processo foram realizados trabalhos de campo com vivências de dois a três dias na casa de assentados; entrevistas em profundidade; elaboração de croquis e mapas sociais do assentamento entre outros. Como resultados foi possível constatar: o fato de que questão agrária no Brasil continua sendo um tema invisibilizado nas propostas de governo, a importância do MST na luta pela reforma agrária no Ceará e dos camponeses nos processos de territorialização da luta por uma vida digna no campo.

Palavras-Chaves: Questão agrária. Luta pela terra. Campesinato. Ceará.

RESUMEN

La investigación tuvo como propuesta analizar la importancia de la lucha por la reforma agraria popular en la recreación del campesinado a partir del estudio de caso del Asentamiento Antônio Consejero, ubicado entre los municipios de Ocara y Aracoiaba en Ceará. La elección del estudio de caso en Antônio Consejero se dio debido al diálogo con los estudiantes de la EFA Dom Frágoso. Algunos jóvenes asentados que estaban conmemorando sus proyectos de vida en el asentamiento y contentos con el inicio de la construcción de la Escuela del Campo Francisca Pinto da Silva. Una escuela campesina con una propuesta curricular basada en los principios de la agroecología y la convivencia con el semiárido. El método desarrollado tiene como base a los autores que discuten el campo a partir del paradigma de la cuestión agraria en Brasil. La investigación cualitativa se desarrolló en el diálogo con los sujetos involucrados en las comunidades. La participación del investigador en el cotidiano del asentamiento fue fundamental para una lectura crítica de la comunidad. A lo largo del proceso se realizaron trabajos de campo con vivencias de dos a tres días en la casa de asentados; entrevistas en profundidad; la elaboración de croquis y mapas sociales del asentamiento entre otros. Como resultados fue posible constatar: el hecho de que cuestión agraria en Brasil sigue siendo un tema invisibilizado en las propuestas de gobierno y la importancia del MST en la lucha por la reforma agraria en Ceará y los campesinos en los procesos de territorialización de la lucha por una vida digna en el campo.

Palabras Claves: Cuestión agraria. Lucha por la tierra. Campesinado. Ceará.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Representação da BR 122, principal via de acesso ao assentamento	58
Mapa 2 – Comunidade Sede. Assentamento Antônio Conselheiro. Ocara-CE	84
Mapa 3 – Comunidade Umari. Assentamento Antônio Conselheiro. Aracoiaba-CE	85
Mapa 4 – Comunidade de Furnas e Córrego do Facó. Assentamento Antônio Conselheiro. Aracoiaba e Ocara-CE	88

LISTA DE CROQUIS

Croqui 1 – Representação espacial da Comunidade Umari. Assentamento Antônio Conselheiro. Aracoiaba-CE	78
Croqui 2 – Espacialização do assentamento/vias de acesso na comunidade Umari. Assentamento Antônio Conselheiro. Aracoiaba-CE	80
Croqui 3 – Representação espacial do Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Umari. Aracoiaba-CE	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Representação dos municípios de origem das famílias que chegaram na fazenda	59
Figura 2	– Agricultores realizando o plantio no roçado	64
Figura 3	– Fachada da Escola. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Córrego do Facó. Ocara-CE	65
Figura 4	– Capela de Nossa Senhora Aparecida. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Córrego do Facó. Ocara-CE	66
Figura 5	– Assembleia de Deus Bela Vista. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Córrego do Facó. Ocara-CE	66
Figura 6	– Sede da associação dos produtores. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Sede. Ocara-CE	67
Figura 7	– E.E.I. E. F Raimundo da Facó. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade de Umari Aracoiaba-CE.....	78
Figura 8	– Igreja de Nossa Senhora das Candeias. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Umari. Aracoiaba-CE	70
Figura 9	– Preparação do Solo para agricultura. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Umari. Aracoiaba-CE.....	71
Figura 10	– Agricultor preparando o solo para o plantio. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade de Umari. Aracoiaba-CE	72
Figura 11	– Quintal produtivo – criação de Galinhas. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade de Umari. Aracoiaba-CE	72
Figura 12	– Comercio ao longo da BR 122. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade de Umari. Aracoiaba – CE	73
Figura 13	– Diversidade de produtos vendidos na BR 122. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade de Umari. Aracoiaba CE	74
Figura 14	– Quintal produtivo – milho e feijão. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade de Umari. Aracoiaba-CE	75

Figura 15	– Cisterna de placa. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade de Umari. Aracoiaba-CE	75
Figura 16	– Cisterna de calçadão. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade de Umari. Aracoiaba-CE	76
Figura 17	– Quintais produtivos-coentro e cheiro verde. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Umari. Aracoiaba-CE	79
Figura 18	– Pocilga, quintal produtivo. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade de Umari. Aracoiaba-CE.....	82
Figura 19	– Cisterna de Calçadão. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Umari. Aracoiaba-CE	82
Figura 20	– Posto de Saúde. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade de Umari. Aracoiaba-CE	86
Figura 21	– Entrega do mapa social. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Umari. Aracoiaba-CE	89
Figura 22	– Clube Antônio Conselheiro. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Umari. Aracoiaba-CE	90
Figura 24	– Momento de lazer no clube Antônio Conselheiro. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Umari. Aracoiaba-CE aniversario do assentamento	91
Figura 24	– Programação do aniversario do assentamento Antônio Conselheiro	91
Figura 25	– Missa em comemoração ao aniversário do assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Córrego do Facó. Ocara – CE	92
Figura 26	– Família camponesa segurando bandeira do MST. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade de Córrego do Facó. Ocara–CE	93
Figura 27	– Organização do conhecimento/Representação da informação, Organização da informação/Representação da informação	18
Figura 28	– Mística no interior da missa em ação. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Córrego do Facó. Ocara–CE	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Brasil – Metas do Primeiro plano nacional de Reforma Agrária. Plano de Governo de luta pela reforma Agrária	36
--	----

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
AP	Ação Popular
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
CEASA	Centro de Abastecimento do Ceará
CEBS	Comunidade Eclesial de Base do Brasil
CIONE	Companhia Industrial de óleo do Nordeste
CNBB	Comissão Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central única dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das leis trabalhista
EFA	Escola Família Agrícola
ET	Estatuto do Trabalhador
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnolgi
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPNRA	I Plano Nacional de Reforma Agrária
IIPNRA	II Plano Nacional de Reforma Agrária
IPRRA	I Plano Regional de Reforma Agrária
IDACE	Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
LEGES	Laboratório de Estudos Geoeducacionais
MIRAD	Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terras
PCB	Partido Comunista do Brasil
PDA	Plano de Desenvolvimento de Assentamento
PIBIC	Programa de Iniciação Científica
P1MC	Programa 1 milhão de Cisternas
PT	Partido dos Trabalhadores

SAPP Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco
SEDUC Secretaria de Educação do Ceará
UFC Universidade Federal do Ceará
UDR União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	18
2.1	As mobilizações sociais em meados do século XX	18
2.2	A Ditadura Militar e o Desenvolvimento das Mobilizações Sociais	25
2.3	A redemocratização do País e a emergência dos Planos de Reforma Agrária	29
<i>2.3.1.</i>	<i>O Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)</i>	29
<i>2.3.2</i>	<i>O segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA)</i>	34
2.4	O golpe de 2016 e o retrocesso da questão agrária no Brasil	38
3	A TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL/ CEARÁ	41
3.1	A Formação do MST e a Territorialização da Luta pela terra: Breves Considerações	41
3.2	A formação e a territorialização do MST no Ceará	45
3.3	Os Assentamentos rurais no Ceará	52
4	ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO	57
4.1	A formação do Assentamento Antônio Conselheiro	57
<i>4.1.1</i>	<i>A Comunidade de Furnas</i>	63
<i>4.1.2</i>	<i>A Comunidade Córrego do Facó</i>	64
<i>4.1.3</i>	<i>A Comunidade Sede</i>	67
<i>4.1.4</i>	<i>Comunidade de Umari</i>	68
4.2	O trabalho com a agricultura familiar: os roçados e os quintais produtivos	71
4.3	O Assentamento e suas festividades	89
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS	97

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa teve como objetivo geral analisar a importância da luta pela reforma agrária popular na recriação do campesinato a partir do estudo de caso do Assentamento Antônio Conselheiro, localizado entre os municípios de Ocara e Aracoiaba no Ceará. A história do Antônio Conselheiro tem relação direta com a longa marcha do campesinato brasileiro na busca da terra de trabalho, pois o Brasil tem sua história marcada pelo processo de ocupação europeia e os conflitos com as populações originais ao longo da formação territorial.

No processo de construção do estudo, daremos prioridade aos acontecimentos relacionados à questão desde meados dos anos 50 do século XX até os dias atuais. O Brasil, pós Segunda Guerra Mundial, por um lado fortalecia sua economia capitalista, por outro lado, manteve a herança agrária pautada no sistema plantations. Os conflitos agrários foram cada vez mais evidenciados na história do brasileiro pós anos 50 e 60. O surgimento de movimentos sociais no campo e entidades de representação dos camponeses na luta por justiça no campo como: as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Campanha Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), se tornam pontos chaves dessa discussão.

O interesse pelo estudo da questão agrária e os assentamentos rurais está relacionado diretamente aos caminhos que percorri durante a minha formação acadêmica. De início, com a disciplina de Geografia Agrária, ministrada pelo professor Francisco Amaro Gomes de Alencar, na qual fui estudante no ano de 2011 e monitora em 2012. A vivência com os alunos e monitoria me possibilitou entender como se dava a dinâmica do campo brasileiro a partir de visitas aos assentamentos rurais no Ceará. A cada trabalho de campo, uma nova dimensão da luta dos camponeses se fazia presente na realidade.

Logo após esse contato, apareceu a oportunidade de ingressar no projeto intitulado: campesinato, ensino de geografia e escolas do campo via Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científicas (PIBIC/UFC), ligado ao Laboratório de Estudos Geoeducacionais e Simbólicos (LEGES/UFC), sob a orientação da professora Alexandra Maria de Oliveira. No processo, foi possível discutir a importância da formação técnico em agropecuária dos jovens estudantes da Escola Família Agrícola Dom Fragoso para a dinamização da produção agroecológica nas comunidades e assentamentos rurais de origem dos jovens.

Para a pesquisa em curso, questões se fizeram: Como ocorreu o processo de luta pela terra no Assentamento Antônio Conselheiro/Ceará? Como a agricultura familiar tem desenvolvido o roçado? Como os quintais produtivos ajudam no sustento das famílias

assentadas? E, ainda, qual a visão dos assentados sobre esse espaço conquistado? Dentre os objetivos específicos podemos citar: contribuir com os estudos sobre a questão agrária no Brasil; Discutir a importância do MST no fortalecimento da luta camponesa pela reforma agrária no Ceará e analisar a organização territorial do Assentamento Antônio Conselheiro na continuidade da luta por uma vida digna no campo.

A escolha do estudo de caso sobre o Antônio Conselheiro deu-se devido ao diálogo com os estudantes da EFA Dom Fragoso. Alguns jovens assentados que estavam comemorando seus projetos de vida no assentamento e contentes com o início da construção da Escola do Campo Francisca Pinto da Silva. Uma escola camponesa com uma proposta curricular baseada nos princípios da agroecologia e da convivência com o semiárido. O método desenvolvido tem por base os autores que discutem o campo a partir do paradigma da questão agrária no Brasil. A pesquisa qualitativa foi desenvolvida no diálogo com os sujeitos envolvidos nas comunidades. A participação do pesquisador no cotidiano do assentamento foi fundamental para uma leitura crítica da comunidade. Ao longo do processo, foram realizados trabalhos de campo com vivências de dois a três dias na casa de assentados.

O primeiro campo aconteceu em 2017, foi um reconhecimento exploratório da área de estudo. Em campo, pude viver a dinâmica e a rotina dos assentados, observando as relações sociais e conversando com alunos e ex-alunos da EFA Dom Fragoso. Nesse momento, também tive a oportunidade de visitar outro assentamento rural – o Assentamento Denir, localizado no município de Ocara. Em ambos, foi possível identificar elementos comuns, como uma juventude organizada com perspectivas de desenvolvimento da agroecologia e grupos de mulheres em formação na luta por políticas públicas que contemplassem as comunidades.

O segundo campo, também em 2017, conversei com antigos moradores e descobri um pouco da história do Antônio Conselheiro, como se deu o processo de ocupação, as relações econômicas e de trabalho que existiam no tempo da fazenda e as novas relações sociais e econômicas. Realizei entrevistas com os estudantes da EFA Dom Fragoso, que moram no assentamento e que ainda estão cursando o ensino médio, indagando sobre as práticas agroecológicas que os mesmos pretendem desenvolver nas comunidades.

No terceiro campo, em 2017, visitei as escolas de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Raimundo Facó e a Escola do Campo de Ensino Médio Francisca Pinto dos Silva e realizei entrevistas com os alunos da escola do campo, buscando capturar a visão de espaço dos mesmos sobre o assentamento. Nesse momento, procurei rever, com antigos moradores do assentamento, dúvidas apresentadas em entrevistas anteriores.

No ano de 2018, houve de três a quatro trabalhos de campo que tiveram como objetivo desenvolver a cartografia social em conjunto com os educandos. Em um primeiro momento, foi proposta uma mediação a partir dos conhecimentos geográficos básicos, com o tema organização territorial do assentamento. Tema considerado de maior interesse da turma nas aulas de geografia, devido ao desenvolvimento das comunidades. Os procedimentos metodológicos foram pautados na cartografia social que esclareceu sobre a diferença entre cartografia oficial e social; os elementos básicos da Cartografia: título, legenda, escala entre outros e ainda, os elementos básicos para o desenvolvimento dos croquis: estradas, áreas de moradia com os quintais produtivos, áreas de roçados entre outros.

Nesse sentido, a metodologia se deu a partir da visita na comunidade, na apresentação da proposta oficinas temáticas que foram divididas em três etapas. A primeira com uma aula didática sobre elementos cartográficos e elaboração de croquis. A segunda com avaliação e retroalimentação dos croquis, aplicação de um questionário e a confecção de um mapa coletivo do assentamento. Em seguida, os croquis foram digitalizados, impressos e socializados na comunidade. Dessa forma, inserimos o diálogo com os conhecimentos geográficos escolares na construção de um ensino de geografia significativo para os educandos; esses também considerados protagonistas em todo o processo de elaboração dos mapas sociais das comunidades. Mapas considerados instrumento de reconhecimento do território e de grande utilidade para o reordenamento espacial das atividades e investimentos no Assentamento.

A dissertação está dividida em quatro capítulos, considerando que a introdução aparece como capítulo um. O segundo capítulo discutiu os pressupostos da questão agrária no Brasil de meados do século XX até os dias atuais. A emergência dos movimentos sociais, a contrapartida do governo com a aprovação do estatuto da terra e os planos governamentais para a realização da reforma agrária no Brasil do final do século XX e início dos anos 2000. O terceiro capítulo revelou a importância do processo de territorialização do MST no Brasil e sua influência na luta camponesa pela reforma agrária no Ceará. O capítulo quatro discorreu sobre a história da luta pela terra do Assentamento Antônio Conselheiro, o processo de ocupação, as manifestações no campo e na cidade, a conquista da terra e a organização territorial.

As considerações finais destacaram o fato de que a questão agrária no Brasil continua sendo um tema invisibilizado nas propostas de governo, tão logo sobre a importância do MST na luta pela reforma agrária no Ceará, dos camponeses nos processos de territorializações da luta por uma vida digna no campo.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Os assentamentos rurais são conquistas dos trabalhadores, organizados nos movimentos sociais que fortaleceram a luta pela terra frente às desigualdades presentes na distribuição de terras no Brasil. A partir da segunda metade do século XX movimentos sociais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras) e outras entidades de representações camponesas ligadas à igreja, como a CPT (Comissão Pastoral da Terra), e a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura), somaram forças com os trabalhadores camponeses na luta por justiça e reforma agrária no campo brasileiro.

2.1 As mobilizações sociais em meados do século XX

O século XX no Brasil foi marcado por intensas modificações de ordem político-social no espaço geográfico, tanto no campo, como na cidade. Como afirma Oliveira, (2002, p.11) os “Conflitos sociais no campo, no Brasil, não são uma exclusividade de nossos tempos. São isto sim, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país”. Junto a essas mudanças, os conflitos no campo ainda se fazem presente devido ao modelo socioeconômico capitalista que tem a propriedade privada como forma de sua reprodução.

A estrutura fundiária concentrada no grande latifúndio é uma herança do período colonial e se estende até os momentos atuais culminando em diversas disputas, segundo Sampaio Junior (2013, p.4)

[...] a concentração fundiária constitui um dos principais obstáculos à conformação do Brasil como um Estado nacional capaz de combinar capitalismo, democracia e soberania nacional. O núcleo do problema reside no papel determinante do latifúndio na reprodução das estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais responsáveis pela perpetuação do regime de segregação social herdado do período colonial.

Nesse contexto, “o latifúndio é um elemento estratégico do padrão de acumulação e do padrão de dominação do capitalismo.” (SAMPAIO JUNIOR, 2013 p.10). A grande propriedade privada é também um dos principais objetos de contestações dos camponeses que reivindicavam o direito à posse da terra.

Para Sampaio Junior (2013, p.7):

O latifúndio constitui, em última instância, a base social e territorial de seu controle sobre o Estado, pois é um dos elementos estratégicos de que a burguesia dispõe para compensar, através da monopolização dos excedentes econômicos e do poder político, a instabilidade econômica, social e política inerente ao desenvolvimento desigual e combinado.

São os próprios camponeses que passam a reivindicar seus direitos por igualdades, pois se deve entender, que

[...] a luta dos camponeses como uma luta política, posto que residam no confronto de classes: de um lado, o latifundiário, pouco afeito a mudanças que alteram sua situação, enquanto classe dominante; de outro lado, a classe camponesa, que tenta fazer valer seus interesses frente às condições de dominação a que eram submetidos. (DINIZ, 2010 p.37).

Portanto, os camponeses segundo Diniz (2009, p.28),

[...] constituem uma classe que se constrói no fazer-se da luta não só pelo acesso à terra, mas pela defesa de seus valores, de sua formação social e cultural, em oposição a outros valores, ideias e modo de vida, e dimensionam suas práticas em defesa de seus costumes. (DINIZ, 2009, p.28).

O campo tornou-se, portanto, um local de disputa que se intensifica, pois,

Embora a luta pela terra venha se desenvolver desde a época da colonização, dividindo os habitantes em duas facções, a dos proprietários de terra e a dos trabalhadores, ela vem se exacerbando nos séculos XX e XXI, quando os trabalhadores passaram a se organizar de forma mais aguerrida e a exteriorizar, através da mídia, as suas reivindicações, ora pleiteando direitos e maior difusão das políticas públicas ora reivindicando uma reforma agrária. (ANDRADE, 1962, p.272)

Conforme as reivindicações dos trabalhadores rurais crescem, inúmeras conquistas foram surgindo na década de 40, por exemplo, alguns direitos dos trabalhadores rurais foram reconhecidos pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), de 1943 que “[...] reconhecia o direito do trabalhador rural ao salário mínimo (art.76), direito ao aviso prévio em caso de demissão (art. 487), férias remuneradas (art. 120) e obrigatoriedade das normas gerais dos contratos de trabalho (art. 442)” (ANDRADE, 1986, p.35).

No fervor das conquistas trabalhistas dos trabalhadores das cidades, os camponeses, muitas vezes invisibilizados pelas políticas públicas, passam a reivindicar mais melhorias que culminaram na criação do Estatuto do trabalhador Rural (ETR), em 1963. Esse novo documento nasce das mobilizações políticas e intelectuais, temos como exemplo,

[...] a II Conferência Sindical Nacional, realizada no Rio de Janeiro em 1959; a I Conferência da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizada em setembro de 1959, em São Paulo, onde foi feita incisiva proclamação em favor da reforma agrária; o III Congresso Sindical Nacional, realizado em agosto de 1960, no Rio de Janeiro, onde foram levantados pleitos em favor dos trabalhadores do campo; o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizado em Belo Horizonte em 1961, em que se aprofundaram divergências entre os representantes do PCB e das ligas; o I Congresso Nacional de Trabalhadores na Agricultura, realizado no Rio de Janeiro em dezembro de 1963, quando foi organizada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), formado por dezenove federações, controlado pelo PCB, pela AP (Ação Popular) e pelos chamados Círculos Operários, de posição política mais conservadora. (ANDRADE, 1986, p.33-34).

Muitas das organizações e tentativas de mudança no mundo do trabalhador do campo partiram dos políticos e intelectuais comprometidos com os problemas sociais que

assolavam a vida dos trabalhadores do campo. Além dos movimentos sociais e entidades de apoio que foram à luta na esperança de uma reforma agrária.

Assim, o século XX foi marcado pelas movimentações populares no campo e entidades que se juntaram na causa da luta camponesa, como as Ligas Camponesas, a Igreja Católica e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O PCB segundo Stedile (2002, p.6) surgiu,

[...] com a redemocratização após a segunda Guerra Mundial (1945)[...]. O partido Comunista Brasileiro, então legalizado é a principal força da esquerda no país, como não era permitida a organização de sindicatos rurais, criou a expressão Ligas Camponesas e saiu a campo para organizá-las.

Esse partido teve um papel muito importante na organização dos camponeses brasileiros, segundo Diniz (2010, p.6)

[...] a primeira manifestação real a concluir que o Brasil tinha um problema agrário foi realizado pela bancada do PCB na constituição de 1946. Com base no recenseamento de 1946 o PCB apresentou os dados da concentração de terras existente e denunciou o caráter semicolonial da economia brasileira. Já nesse momento o PCB mostrava que a concentração da propriedade no Brasil era maior do que em qualquer outro país do mundo.

O PCB não atuou somente no levantamento de dados, o mesmo passou a agir articulando os trabalhadores rurais a lutarem por seus direitos. Segundo Morais (2002, p.12)

[...] os ativistas do Partido Comunista, realizaram, entre 1945 e 1947, uma grande e organizada mobilização de trabalhadores agrícolas em quase todos os Estados brasileiros. Fundaram-se, então, centenas de Ligas Camponesas, que reuniram milhares e milhares de pessoas.

Portanto, o PCB começou a atuar como figura chave de denúncias e mobilizações camponesas no campo, principalmente por sua influência na criação das Ligas Camponesas. No Ceará, orientou a criação provável das primeiras associações civis e sindicatos de trabalhadores rurais, portanto o sindicato rural no Ceará foi “[...] organizado inicialmente pelo Partido Comunista”. (DINIZ 2009, p.79).

Com a formação de sindicatos e associações de agricultores principalmente na década de 50 e 60, ocorreram mudanças em nosso cenário brasileiro, em especial o Estatuto do Trabalhador Rural criado conforme a lei Nº. 4.914/1963 para legalizar o trabalho no campo conforme a legislação da cidade, no intuito de proteger o camponês contra a dominação do latifundiário e promover segurança e assistência para essa classe social.

O Estatuto do Trabalhador Rural, segundo Prado Jr (1979, p.142), foi “[...] o mais importante acontecimento relativo às tão apregoadas reformas de base”. O documento reconheceu o direito dos trabalhadores rurais de terem carteira profissional; utilizadas para

contratações de empregos, regularizações de hora de trabalho, repouso semanal, salário mínimo entre outros benefícios. (ANDRADRE, 1986).

A definição de trabalhador rural descrita no estatuto, como um mero prestador de serviços, desconsiderou a diversidade de trabalhadores que viviam e vivem do campo brasileiro, espaço esse que tem suas peculiaridades de região para região.

Na produção do documento falta discussão com os principais beneficiários do estatuto, ou seja, os camponeses. Para Prado Jr (1979, p.148), “o estatuto, na forma em que se apresenta, revela claramente a displicência com que foi elaborado, o que resultou na insuficiente informação e preparação de seus redatores acerca da realidade brasileira”.

O Estatuto foi pensado visando à ampliação das relações capitalistas no campo, como nos fala Andrade (1986, p.35) em “[...] áreas de agricultura mais dinâmica, mais evoluída, onde a exploração da terra já era feita em termos capitalistas [...]” Já em locais onde não havia essa evolução no sistema de produção, o documento provavelmente não chegaria a ser posto em prática. E foram justamente o que ocorre nas muitas áreas agricultáveis brasileiras, o Estatuto muitas vezes não foi lembrado.

As “falhas” na elaboração do documento estão ligadas à questão política e econômica do Brasil. A relação dos políticos com os capitalistas (proprietários de terra) sempre esteve atrelado à manutenção de exploração de trabalho no campo. Conseqüentemente, para pôr em prática essa lei e outras já dizia Prado Jr (1979, p.150) que “[...] não é possível realizar-se senão como resultado de um amplo movimento social reivindicatório”.

Esse movimento reivindicatório foi fortalecido com o surgimento das Ligas Camponesas, pois, “propiciou dignidade a milhares de cidadãos que viviam no interior, em especial na região Nordeste do Brasil” (STEDILE, 2002, p.7). Essa dignidade é explicada pelos direitos adquiridos a partir da concretização das lutas dos camponeses.

Com as Ligas atuando no Nordeste brasileiro os camponeses começaram a construir uma base sólida de luta, pois,

[...] os camponeses começaram a reagir e organiza-se coletivamente; isto é, quando eles começaram a se manifestar politicamente contra as oligarquias de proprietários de terra, organizando as ligas Camponesas, os sindicatos, para denunciar as expropriações dos trabalhadores dos seus meios de produção. (DINIZ, 2009, p.37).

A Liga que recebeu maior destaque no cenário nacional foi a do Engenho Galileia no município de Santo Antônio em Pernambuco que tinha a denominação de Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), (ANDRADE, 1986), como líder do movimento se destacou José dos Prazeres. Segundo Martins (1995, p.76), “[...] as

ligas se espalharam rapidamente pelo Nordeste”. O Engenho Galileia torna-se famoso devido a seu alto nível de organização que,

Inicialmente era uma sociedade beneficente, com fins assistencialistas; com a repressão ela foi se radicalizando e contratou como advogado [...], o jovem parlamentar Francisco Julião, que fora eleito pelo Partido Socialista Brasileiro, mas tinha grandes ligações com o movimento comunista. Ele a organizou como sociedade de acordo com os artigos do Código Civil, e deu-lhe dimensão estadual, criando um conselho diretor interpartidário e levantando o problema da terra na Assembleia Legislativa estadual. (ANDRADE, 1986, p.27)

No restante do país, este movimento teve como propósito disponibilizar assistência aos camponeses que estavam sofrendo devido às tensões sociais existentes com os latifundiários, pois

As ligas camponesas ganharam grande importância nas áreas onde havia camponeses a serem expropriados devido à expansão da cultura da cana-de-açúcar[...]. A expansão horizontal das ligas aumentou sua influência e prestígio, mas gerou divergências, que se acentuaram com o desenrolar dos acontecimentos. Muitos trabalhadores militantes do movimento camponês foram assassinados por seus patrões [...]. (ANDRADE, 1986, p.27-28).

A repressão ao movimento começou nas próprias fazendas, onde os grandes latifundiários tentavam acabar com o movimento, expulsando e assassinando seus líderes e impondo o medo aos que continuassem na organização. Em seguida o Estado tomou a frente para barrar a expansão de novas reivindicações por terra pelo país, impedindo dessa forma a quebra de seu poder sobre o camponês, garantindo a dominação dos mesmos.

A luta do Estado e dos latifundiários contra as Ligas teve início devido ao poder de articulação e atuação dos camponeses frente aos problemas no campo, pois “as ligas mobilizaram, durante dez anos, milhares de camponeses brasileiros, gerando revoltas e esperanças” (STEDILE, 2002, p.12).

O movimento das ligas foi sendo derrotado como uma forma de repressão nos direitos dos camponeses. As ligas chegaram ao final na década de 60, e as raízes serviram de base para outros movimentos importantes na luta do homem do campo pelo direito à posse da terra, como a CPT (Comissão Pastoral da Terra) em 1975 e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras), em 1984.

As CEBs que lutou com os camponeses passaram a declarar de forma contundente a opção pelos pobres, em meio aos conflitos por terra nos anos 70, Segundo Martins (1986, p. 68),

A igreja começa a trabalhar o problema não na perspectiva da *acumulação*, mas na perspectiva da *distribuição*. É isso que vai marcar toda posição dela até hoje, trabalhar com a ideia de pobre e pobreza, e não com a ideia de acumulação que é o

que está presente muitas vezes nas posições de partidos políticos de oposição, os partidos de esquerda em geral.

Portanto, nos anos 60/70, a igreja atuou mobilizando e auxiliando os trabalhadores rurais sobre os seus direitos contidos no Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e Estatuto da Terra (1964). (Barreira, 1994).

A Igreja Católica por meio da Comissão Pastoral da Terra e das Comunidades Eclesiais de Base foi a principal articuladora das diferentes experiências de luta pela terra, propiciando a reunião dos sem-terra para discutirem as conjunturas de suas realidades. Foi com a troca de experiências, que a articulação nacional desses movimentos começou a ser construída na perspectiva de superação do isolamento e em busca da autonomia política. Essa superação se fazia necessária devido às dificuldades enfrentadas no desenvolvimento das lutas localizadas. As lutas aconteciam no campo, porém o processo de conquista da terra não acontece só no campo, mas principalmente na cidade. Assim, uma articulação nacional poderia permitir a construção de uma forma de organização social que fortaleceria esse processo de conquista, construindo uma infraestrutura para a luta. (FERNANDES, 1998, p.22)

Essa aliança entre camponeses e igreja deu-se devido à preocupação em primeiro momento da atuação do então PCB no campo, o mesmo não era bem visto por conta de suas ideias revolucionárias de caráter socialista, como explica Martins (1995, p.88) que “a preocupação era com a agitação que estava chegando ao campo, com a possibilidade da igreja perder os camponeses [...]”, em outras palavras, perder a influência sobre essa parcela da sociedade.

Esse pensamento de concorrência entre igreja e partido comunista diminuiu graças à “[...] outra ala da igreja que também entra nesse processo com a preocupação de uma organização para se contrapor ao poder dos coronéis ou de libertar o camponês da exploração do proprietário” (DINIZ, 2009, p.26). No final da década de 60 e início de 70, conforme Diniz (2010, p.30) “a Igreja Católica que preocupada com o crescimento da influência do PCB, apresenta [...] uma proposta de reforma agrária”, assim

[...] em 1963 a CNBB tomou uma posição menos ambígua em relação à questão fundiária, admitindo que a desapropriação para fins de reforma agrária não constituía um atentado ao direito do proprietário, *desde que fosse justa a indenização, em dinheiro e em títulos* (grifo nosso). (MARTINS, 1995, p.88).

Assim, segundo Martins (1991, p.148),

A Estrutura leiga das comunidades de base revela aí uma face nova e destinada da igreja de paróquia e de sacerdote. Liberta o cristão da mediação institucional da autoridade sacerdotal, sem eliminá-la. Isso envolve uma prática eclesial distinta. Em vários lugares, e no campo, onde as comunidades surgiram, a mudança da orientação pastoral fez com que o sacerdote, nas visitas de desobriga, deixasse de hospedar-se na casa do patrão para hospedar-se na casa do camponês. Com isso, a prática sacerdotal e o trabalho da pastoral deixaram de legitimar a dominação do fazendeiro e grande proprietário e passaram a se orientar para a legitimidade nova, oposta à estrutura de poder, dos grupos populares e de base.

Portanto, a Igreja fez-se presente na vida cotidiana dos camponeses, não só auxiliando na espiritualidade, mas na procura por seus direitos, a mesma ganhou uma dimensão voltada ao processo de conscientização. Sua atuação iniciou já

Na primeira metade da década de 70, nesses anos do auge do regime militar, as comunidades Eclesiais de Base (CEB's) foram o lugar social onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos. (FERNANDES, 1998, p.18).

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são lugares de reflexão onde os camponeses discutiam sobre os acontecimentos da realidade, o seu papel social, temas ligados à campanha da fraternidade e em especial sobre a questão agrária. As CEBs ajudaram na organização dos trabalhadores rurais sobre seus direitos fortalecendo-os como classe social, contribuindo também para o surgimento do MST. (FERNANDES 1998).

Por conseguinte, o que começa como um jogo de interesses acabou favorecendo os camponeses, pois a igreja tornou-se uma grande aliada dos trabalhadores do campo e teve seu fortalecimento com a criação da CPT em 1975, fato este que foi extremamente importante para a luta camponesa pela posse da terra, conforme nos fala Fernandes (1998, p.19),

Com relação á realidade do campo brasileiro, uma das ações da igreja foi a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975. Trabalhando conjuntamente com as paróquias nas periferias das cidades e com as comunidades rurais, contribui na organização e na luta dos trabalhadores.

Estas articulações entre camponeses e igreja existem até os dias de hoje e é perceptível quando vemos a participação de membros da igreja na divulgação dos conflitos existentes no campo com o Caderno de Conflitos do Campo da CPT. O documento traz artigos que alertam a sociedade sobre conflitos por terra; por água; entre outros que acontecem no campo brasileiro. A comissão Pastoral da Terra também está presente nas Escolas Famílias Agrícola, formando jovens técnicos agropecuários comprometidos com tecnologias sociais e práticas agroecológicas de convivência com o semiárido. São essas e outras ações que fortalece a cada dia a união entre Igreja e camponeses.

Apesar da articulação dos camponeses, os conflitos no campo brasileiro não cessam, muitas vezes envolvem índios, ribeirinhos, moradores e posseiros como nos fala Oliveira (1994, p.12),

Os posseiros lutam numa ponta contra a expropriação que os gera, e na outra; contra o jagunço, gendarme de plantão do latifundiário especulador e grileiro das terras indígenas. Não lhes é dado sequer à possibilidade de serem senhores de seu vi a ser. Matam os posseiros, seus defensores e seus seguidores. Matam a possibilidade de criação e recriação do espaço liberto da produção familiar. Matam/destroem o território liberto das posses livres e das terras de trabalho [...]. (OLIVEIRA, 1994, p.12).

Assim, na segunda metade do século XX, acabar com a propriedade privada passou a ser uma das principais reivindicações dos movimentos sociais e entidades que apoiam a luta camponesa pela justiça no campo.

Todas essas organizações camponesas serviram de base para as conquistas dos trabalhadores e os documentos como o Estatuto da Terra 1964, o Primeiro e o Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária 1985 e 2003 respectivamente, irão proporcionar melhorias para os camponeses além de serem discutidos como proposta de Governos para amenizar as condições sociais e econômicas vividas pelo povo do campo.

2.2 A Ditadura Militar e o Desenvolvimento das Mobilizações Sociais

A ditadura militar foi um período da sociedade brasileira de repressões aos direitos civis e principalmente aos movimentos sociais. Segundo Fernandes (1998, p.3) o golpe militar de 1964 tinha como um dos objetivos “[...] impedir totalmente o crescimento das lutas dos camponeses, que vinham construindo suas formas de organização, principalmente a partir de meados da década de cinquenta”.

Foi em meio ao avanço da luta camponesa que as reivindicações sociais dos trabalhadores do campo e da cidade que o Governo instituiu o Estatuto da Terra (ET). Lei N.4.504 de 30 de novembro de 1964 que regula os direitos e obrigação para fins de execução da reforma agrária e de promoção agrícola no Brasil.

Portanto, o período de 1965 a 1985, foi marcado por profundas transformações no campo brasileiro, principalmente relacionado às atividades agropecuárias que culminou na implantação de novas políticas desenvolvimentistas e da intensa coibição aos trabalhadores camponeses que lutavam contra exploração do latifundiário.

Essas políticas como, o sistema nacional de crédito rural, pautadas na revolução verde favoreceram a utilização de meios tecnológicos e investimentos financeiros em grandes fazendas como: ajuda de crédito, uso de agroquímicos, melhoramento genético em animais e plantas. Todas essas variáveis na lógica de aumentar a produção, dessa forma o sistema capitalista ficou ainda mais atuante no campo brasileiro. Segundo Abramovay (1986, p.14),

[...], depois de 1964, o capitalismo do Brasil se desenvolveu como nunca anteriormente, e este desenvolvimento, na própria agricultura, foi mais acelerado do que em qualquer outro momento da história [...].

Assim com a modernização da agricultura no período militar, os conflitos pela posse e permanência na terra foram intensificados.

Essas transformações geraram, de um lado, a modernização tecnológica financiada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, de modo que a agricultura passou a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria de insumos, consolidando o processo de industrialização da agricultura e promovendo o crescimento das relações de trabalho assalariado. Por outro lado, o campo brasileiro foi transformado em espaço de conflitos intensivos, pelo crescimento das desigualdades socioeconômicas (FERNANDES, 1998, p.2).

A concentração fundiária aumentou consideravelmente no período militar devido a modernização da agricultura,

[...] a transformação de base técnica em boa parte do setor agrário, no que se convencionou chamar de modernização desigual: privilegiando, sobretudo os grandes proprietários de terra; as culturas voltadas para o mercado externo ou para a substituição de produtos que se pesam na balança comercial [...]. (GONÇALVES NETO, 1997, p.224-225).

Portanto,

[...] a dolorosa modernização verificada na agricultura nos anos de 1960 e 1970 teve como uma de suas precondições a derrota de qualquer proposta de uma efetiva reforma agrária, optando-se por um desenvolvimento no campo com a manutenção de uma estrutura fundiária pretérita. Isso, evidentemente, excluía parcela significativa da população brasileira das “benesses” dos ganhos de produtividade e acentuaria as pressões inflacionárias contidas no modelo, como de resto expulsaria as pessoas do campo numa escala ainda mais avassaladora. (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p.227/228).

Assim,

[...] com a imposição militar, o projeto desenvolvido pela burguesia na agricultura, foi de uma modernização conservadora e dolorosa para os camponeses. Do ponto de vista político eles massacraram fisicamente todas as formas de organização camponesa. E com a sociedade calada e reprimida, impuseram sua hegemonia em toda sociedade e na agricultura. Foi o período de consolidação da agricultura em grandes extensões de terra, na mecanização agrícola, adoção dos agrotóxicos, e na expulsão dos camponeses. [...] O resultado foi a adoção da “revolução verde” como pacote tecnológico para aumentar a exploração e a produtividade do trabalho, a maior migração de camponeses de toda história, e elevada concentração da propriedade da terra. (MST, 2000, p.28).

A modernização da agricultura desenvolvida no governo militar beneficiou diretamente os grupos empresariais, que adquiriram várias áreas de cultivos pelo Brasil impulsionando uma política agropecuária sem modificar o regime de propriedade de terras.

A rigor do Estatuto da Terra era realizar a reforma agrária, promover a distribuição de terras, atendendo aos princípios de igualdade. O documento segundo Martins, (1995, p.95) “[...] classifica as propriedades em minifúndio, empresa, latifúndio por dimensão e latifúndio de exploração”. Essa classificação servirá de base para as futuras desapropriações de terras no Brasil.

A reforma agrária como está posta no documento seria uma forma de fazer justiça para os camponeses que não possuíam a terra ou que se encontrava em uma condição na qual a terra cultivada não dava para o sustento da sua família. Essa reforma seria baseada nas desapropriações de terras que não cumprissem a função social, porém como nos lembra Martins (1995, p.96)

O Estatuto faz, [...], da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos.

O estatuto para o governo militar visava também outras intenções que segundo Fernandes, (1996, p.36) “Para os militares era fundamental desmobilizar toda e qualquer forma de organização política dos trabalhadores rurais, criando assim um vazio político necessário para tornar viável o seu projeto de reforma no campo”, ou seja, a reforma agrária teria que partir do Estado e não sobre a interferência dos movimentos sociais.

O documento visava resolver o problema da terra sem tocar na estrutura fundiária, pois segundo Medeiros (2003, p.25) “Raras foram às desapropriações realizadas. Os estímulos econômicos foram criados para a modernização da agricultura voltaram-se fundamentalmente aos grandes imóveis”.

Assim, com o passar dos anos observou-se que o governo militar não pretendia acabar com a concentração de terras no Brasil, o propósito do mesmo era controlar a evolução dos movimentos sociais oferecendo ao mesmo uma “solução” para os conflitos agrários, fato este que não chegou a ocorrer. O Estatuto da Terra segundo Martins (1995, p.96) procurou “[...] impedir que a questão agrária se transforme numa questão, política e de classe” (MARTINS, 1995, p.96), pois o próprio regime criou métodos pra reprimir à aplicação da lei como: redução no orçamento financeiro para o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), órgão responsável por programar a reforma agrária (BURSZTYN, 1984). Assim segundo Bursztyn (1984, p.137),

[...] um ano após a criação do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), sua participação de 2% do orçamento do Estado foi suprimida. [...] em 1970 o IBRA foi transformado em INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e, a partir de então, seu papel de implementador da reforma agrária é encoberto por novas atribuições burocráticas, prioritárias na nova instituição: elaboração de cadastro de propriedades e atualizações periódicas, cobranças do ITR (Imposto Territorial Rural), construção de escolas e hospitais, organização e controle de cooperativas, etc.

Portanto,

Por essa via, a questão agrária foi tensionada, uma vez que o governo militar patrocinou iniciativas que promoveram uma concentração fundiária em escalas até

então não verificadas, principalmente na região de fronteira agrícola sediadas na região amazônica. (MORO, 2015, p.3)

A edificação do plano dos militares se deu via colonização da Amazônia, que na prática serviu para beneficiar as grandes empresas capitalistas, recebendo praticamente de graça as terras que deveriam ser destinadas aos camponeses sem terras, que segundo Fernandes (1999, p.4),

Em sua manifestação nacionalista, propõem, estão, levar os camponeses sem-terra para a Amazônia. Mas, sob o lema de “integrar para não entregar”, as terras da Amazônia “sem homens” que deveriam ser destinadas para os “homens sem-terra” foram praticamente entregues às grandes empresas capitalistas beneficiadas pela política de incentivos fiscais.

Portanto,

[...] o Estatuto manteve a questão agrária sob controle do poder central, de forma que o Estatuto da Terra não permitisse o acesso à terra para os camponeses, à propriedade familiar, e sim aos que tinham o interesse de criar a propriedade capitalista. (FERNANDES, 1996, p.33)

Conforme Fernandes (1998, p.3),

O Estatuto da Terra jamais seria implantado, foi uma quimera. Para viabilizar a sua política, o Estado manteve a questão agrária sob o controle do poder central, impossibilitando o acesso à terra aos camponeses, à propriedade familiar, e possibilitando o acesso aos que tinham o interesse de criar a propriedade capitalista.

O que se observou, entretanto foi à utilização em partes do documento; para almejar a desapropriação de terras para fins de reforma agrária; pois esclarecia as bases para as possíveis desapropriações, como traz em seu artigo 18º

Á desapropriação por interesse social tem por fim: a) condicionar o uso da terra à sua função social; b) promover a justa e adequada distribuição da propriedade; c) obrigar a exploração racional da terra; d) permitir a recuperação social e econômica de regiões; e) estimular pesquisas pioneiras, experimentação, demonstração e assistência técnica; f) efetuar obras de renovação, melhoria e valorização dos recursos naturais; g) incrementar a eletrificação e a industrialização no meio rural; h) facultar a criação de áreas de proteção à fauna, à flora ou a outros recursos naturais, a fim de preservá-los de atividades predatórias. (BRASIL, Lei 4.504 de 1964, p.6).

Mesmo com o estatuto,

Nos dois primeiros anos da década de oitenta, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) registra 1.363 conflitos por terra. A maior parte das lutas iniciadas pelos movimentos sociais conta com o apoio da Igreja Católica e de alguns partidos de oposição que começavam a ser legalizados, assim como do novo sindicalismo em ascensão. (FERNANDES 1998 p.12-13).

No final da década de 70 e início de 80, ocorre o enfraquecimento do regime militar, culminando conseqüentemente com seu fim em 1985 nas diretas já, momento em que

as pessoas vão pras ruas exigir novas eleições diretas. Todo esse movimento leva a eleições de Tancredo Neves, iniciando uma nova fase de lutas no Brasil.

Foram duas décadas sobre o domínio da ditadura militar, um período que garantiu para o latifundiário e para os grupos empresariais a posse da terra e para o camponês um Estatuto que não atentou aos reais anseios da sociedade camponesa: a reforma agrária. O Estatuto ficou como herança e ainda é utilizado no que se refere ao processo de desapropriação e criação dos assentamentos rurais para fins de reforma agrária no Brasil.

2.3 A redemocratização do País e a emergência dos Planos de Reforma Agrária

Com o esgotamento da ditadura militar em 1985, a denominada Nova República surge no Brasil e com ela a esperança de novas oportunidades de lutar por direitos sociais, políticos e culturais em diferentes esferas da sociedade, sem sofrer com a repressão do regime militar, como nos fala Delgado (2014, p.9) “[...] abre-se uma temporada de oxigenação às forças sociais submetidas a duas décadas de domínio autoritário da modernização conservadora da agricultura”.

O novo governo terá a dura missão de solucionar o dilema que percorria o Brasil desde o período colonial: a concentração de terras e os conflitos sociais no campo. Para Abramovay (1986, p.18), “No Brasil, terra, é sinônimo de poder político e é neste sentido que o acesso a terra é a pré-condição básica para a democratização da vida social no campo”, assim ter a posse da terra no Brasil é sinal de poder.

2.3.1 O Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

Com a retomada da democracia no país em 1985, um novo contexto sócio político de efervescência dos movimentos sociais na luta pela reforma agrária nasceu, segundo Fernandes (1998, p.13),

No final de maio daquele ano, o grupo coordenado pelo presidente do INCRA entrega uma Proposta de Reforma Agrária às lideranças políticas. No jogo de forças, a Proposta foi completamente desfigurada. Em 10 de outubro, o presidente Sarney assinava o Decreto 91.799 aprovando o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

O governo de Sarney (1985 a 1989) privilegiou como uma de suas ações a reforma agrária. Essa por sua vez baseada numa política de assentamentos rurais, segundo Alencar (2000, p. 33) o governo Sarney

[...] prevê na Estratégia de Ação para a execução da reforma agrária que o programa básico, definidor e configurador do processo de transformação das relações de

propriedades e das melhorias de condições de acesso à terra é o Programa de Assentamentos de Trabalhadores Rurais.

O I PNRA levou em consideração a realização de uma possível e justa distribuição de terras, em um país que desde a colonização possui uma grande concentração latifundiária como nos fala Martins (1991, p.38) “[...] no Brasil: muita gente tem pouca terra para trabalhar e pouca gente tem o controle de muita terra, nem sempre utilizada para o bom público”.

A criação do IPNRA veio como uma resposta às lutas dos movimentos sociais, que vinham se fortalecendo ao longo dos anos 70/80, Assim segundo Paula (2007, p.19),

A Assinatura do decreto presidencial que instituiu o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA em outubro de 1985 (INCRA, 1985) representou, na verdade, o coroamento de anos de luta de diversos segmentos da sociedade brasileira.

Com a elaboração e votação do IPNRA, que teve como proposta a reforma agrária, temas como a questão agrária, função social da terra, entre outros ganharam força na sociedade civil. Segundo Prado Jr (1979, p.127),

A questão agrária vem ganhando entre nós, nos últimos tempos, considerável impulso. Seja de um lado por pressões vindas de baixo, seja de outro, através de iniciativas oficiais direta ou indiretamente estimuladas por aquelas pressões, o fato é que o assunto se propõe cada vez de maneira insistente.

A base no Estatuto da Terra levou em consideração a função social da terra, ou seja, as propriedades que não cumprissem essa função correriam o risco de serem desapropriadas. Deste modo as desapropriações ocorreriam mediante pagamento de indenização aos respectivos donos, por parte do governo federal, garantindo seus direitos.

Paulo Sandroni (1986, p.26) ao analisar o I PNRA lembrou que “[...] as pessoas que elaboraram o I PNRA certamente estavam conscientes da impossibilidade matemática de realizar a reforma pagando pelas desapropriações do estabelecimento em lei”, pois não existiam recursos disponíveis para tal ação. Assim as poucas desapropriações só foram realizadas mediante ocupação e conflitos por parte dos camponeses sem terras, passando-as para unidades familiares de assentamento rurais.

Com a criação dos assentamentos rurais o I PNRA faz menção a projetos de desenvolvimento para essa nova unidade familiar, segundo o documento INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) (1985, p.10) a “[...] implementação dos projetos específicos, que demandarão ações complementares e coordenadas capazes de permitir aos novos agricultores a sua realização econômica, política e social”. Nesse contexto as linhas de crédito também seriam importantes para a permanência do novo assentado na terra, na ideia de fornecer a juros baixos recursos financeiros para novos investimentos agrícolas.

Contudo, em nível de Brasil o I PNRA não teve tanta expressividade como se pensava ter,

[...] das 150 mil famílias que seriam beneficiadas no primeiro ano de execução, apenas 10.787 foram atendidas. Dos 4,6 milhões de hectares que seriam desapropriados nesse mesmo período, apenas 398.090 o foram (PAULA, 2007 p.20).

Com o plano o Estado considerou legítima a luta pela terra. Contudo, os artigos que orientaram o plano não contemplavam os interesses dos camponeses, por isso os camponeses ligados aos movimentos sociais, em especial o MST continuavam na luta por mudança em nossa estrutura fundiária.

O MST, do final da década de 80 até início dos anos 2000, foi o movimento social que mais realizou atos em defesa da reforma agrária, segundo Stedile (1999, p.52) “As massas entenderam que não poderiam ficar esperando o governo e que havia espaço democrático, mas que só ocuparia esse espaço quem conseguisse se mobilizar e lutar”, por isso os primeiros anos da Nova República as manifestações no campo não foram cessadas, não foram interrompidas com a elaboração do I PNRA 1985.

Enquanto se tinha o MST pressionando o governo para a realização da reforma agrária, do outro lado, tinha a UDR (União Democrática Ruralista), que surgiu em 1985, com o objetivo de ir contra a realização da reforma estabelecida no plano. Segundo Fernandes (1998 p.14) “Naquele mesmo ano surgiu a (UDR) que mobilizava os latifundiários para pressionar o governo Sarney contra a realização do I PNRA”. Os confrontos envolvendo os movimentos sociais e a UDR, sobre o plano ganharam força, como fala Stedile sobre a UDR (1999, p.67) “Ela surgiu com duas intenções: reprimir o MST e, sobretudo, fazer pressão sobre o governo”.

Na atuação da UDR “Denúncias de participação da UDR nos processos de expulsão e morte dos trabalhadores no campo passam a ser constante. Sua ação ampliou-se por todo o país” (OLIVEIRA, 2002, p.43). Temos, então, de um lado um aumento de casos de violência no campo em decorrência da criação do IPNRA e a crescente repressão dos movimentos sociais por parte dos grandes latifundiários.

A UDR defendeu o latifúndio produtivo, anulando dessa forma a implementação das desapropriações dos latifúndios, como nos fala Fernandes (1998, p. 13), “A desfiguração da Proposta tornou o Projeto inviável, representando assim a vitória das forças políticas contra a reforma agrária”.

Segundo Tonelli (1989, p.14) a URD conseguiu aprovar um “[...] dispositivo genérico, tornando a propriedade produtiva intocável. Espertamente, a definição do conceito de propriedade produtiva ficou a cargo da legislação complementar”.

O que deveria ser a solução terminou como mais um documento que não foi posto em prática em sua totalidade,

Dessa forma, o Estado realizava apenas uma política de *assentamentos* para minimizar os conflitos fundiários. No final do Governo Sarney, considerando as ações dos movimentos sócias, somente 6% do PNRA foi executado. Neste período foram assentadas 84.852 famílias das 1,4 milhão de famílias previstas no plano. (FERNANDES, 1998, p.14)

Não se pode negar, entretanto as conquistas alcançadas pelo mesmo governo Sarney como: a abertura de caminho para a elaboração dos Planos Regionais de Reforma Agrária, ou seja, cada estado foi incumbido de formular ações para realização da reforma agrária, na tentativa de apaziguar as relações conflituosas no campo. Assim, fazendas foram desapropriadas tornando-se assentamentos rurais em decorrência do plano; porém muitas destas conquistas deram-se pelo grito de movimentos sociais como o MST.

Com o fim do governo Sarney e início do Governo Collor (1990 a 1992), a esperança cessou por parte dos movimentos sociais. Collor de Mello lançou em 1992 o Programa da Terra, que tinha como ênfase o investimento na produtividade dos assentamentos. Conforme Alencar (2000, p.34) “[...] a estratégia para viabilizar a reforma agrária será concedida com ênfase prioritária aos seguimentos produtivos dos projetos de colonização e assentamentos”. Assim o programa visou o desenvolvimento dos assentamentos por meio de créditos fundiários. Collor, entretanto não chegou a governar por quatro anos, pois sofreu impeachment e foi afastado.

No governo de Itamar Franco (1992 a 1995), vice de Collor de Mello, foi elaborada a Lei Agrária, na tentativa de reorganizar a estrutura fundiária em nosso país, a lei Agrária foi sancionada em 25 de fevereiro de 1993. Segundo Oliveira (2005, p.58) “[...] foi criada com o objetivo de estabelecer a regulamentação dos dispositivos contidos a Constituição relativos à reforma agrária”.

Porém, devido à mobilização das entidades contra a reforma agrária a mesma teve vários de seus artigos vetados como nos fala Fernandes (1998, p.15) “O presidente Itamar Franco vetou dez dispositivos, entre estes, em parte: os artigos reivindicados pelos trabalhadores Sem Terra”, como: “às terras adquiridas por via judicial”, (FERNANDES, 1998, p.15) não podiam ser desapropriadas e “enquanto existissem grandes latifúndios na

Amazônia, não poderiam ser desapropriados latifúndios menores em outras regiões do País” (FERNANDES, 1998, p.15).

Portanto a Lei Agrária,

[...] apresenta dois sérios problemas: primeiro, ao reafirmar a insusceptibilidade da desapropriação para fins de reforma agrária da pequena e média propriedade rural, contribuiu para o desmembramento de grandes propriedades improdutivas em várias outras propriedades pequenas e médias (improdutivas), como uma forma de burlar a lei. Segundo, ao conceituar a propriedade produtiva como “aquela que explora, economicamente e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração”, tornou o conceito de propriedade produtiva ininteligível, dando margem para complexas e demoradas disputas judiciais. Além disso, ainda, a Lei de rito sumário, que possibilita aos proprietários ações contestatórias, reduz e compromete toda a eficiência do instrumento de desapropriação de terras. (OLIVEIRA, 2005, p.59)

Desse modo, realizar uma reforma agrária, baseado na Lei Agrária, seria algo muito difícil, haja vista que “[...] o grande obstáculo na legislação que tem dificultado o processo de desapropriação de terras para fins de reforma agrária, nos dias de hoje, é resultado da própria Constituição federal de 1988 e de sua legislação ordinária”. (OLIVEIRA, 2005, p.59).

Com o fim do governo de Itamar, teve início em 1995 o governo de FHC, (Fernando Henrique Cardoso) cientista social. O mesmo passou a tratar a questão agrária no país como um problema a ser resolvido, passando a olhar para os assentamentos já criados pela luta camponesa, com uma visão mais tecnicista incentivando a capacitação na produção da agricultura família.

Numa visão geral, nota-se que esses governos não pensam na reforma agrária concreta, fazendo somente ações paliativas de gestão dos assentamentos, pouco se fez para solucionar o problema agrário brasileiro. E assim a realidade brasileira do grande latifúndio explorador só tendeu a crescer no Brasil e ganhou força com as políticas de incentivo ao agronegócio. Segundo Fernandes (2004, p. 38) “A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e exploração”, ou seja, a produção a partir exploração do latifúndio para a exportação, aumentando a expropriação e as desigualdades no campo brasileiro, pois ao se investir na grande produção acaba por deixando de fornecer investimentos na agricultura familiar que não é vista como forma de obter lucro por parte dos ruralistas.

Assim é sabido que muito ainda há por fazer, e essa esperança surgiu novamente com a eleição de um candidato vindo das massas, conhecido popularmente como Lula, que chegou ao poder e junto com sua equipe de governo elaborou e aprovou o II PNRA.

2.3.2 O segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA)

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao poder no ano de 2003, com o apoio de um número considerável de brasileiros que almejavam mudanças na estrutura social do país.

Segundo Fernandes (2004, p. 47), “Em 2003, somente 1,6% dos proprietários de terra controlavam 43,8% das terras, ou seja: quase metade das propriedades está nas mãos de menos de 2% dos proprietários”. Assim o novo presidente eleito pelas massas tinha como missão tentar solucionar essa realidade agrária em nosso país.

Lula, como é conhecido, integra o PT (Partido dos Trabalhadores). O PT era considerado de esquerda e ia contra muitas ideais do governo de Fernando Henrique Cardoso, considerado um presidente de teorias neoliberais com incentivo e privatizações das empresas brasileiras, além de incentivar a abertura para a exploração das empresas estrangeiras em nosso território, segundo consta na Cartilha do Programa Agrário do MST (2014, p.28),

Essa ofensiva neoliberal sobre as riquezas nacionais demorou um tempo maior para chegar até a agricultura brasileira. Primeiro, o capitalismo internacional priorizou os setores mais dinâmicos da economia urbana. Depois, no segundo mandato o governo de FHC, o capital internacional, associado com as empresas transnacionais que atuam na agricultura e os grandes proprietários rurais, direcionam seus interesses para a agricultura brasileira.

O cenário do campo no governo do PT consistiu em um espaço agrário dominado pelas grandes empresas estrangeiras, que ditavam as regras do que e como produzir. Em meio a essa tensão o candidato petista foi visto como oportunidade de acabar com as desigualdades sociais no campo. O Partido dos Trabalhadores chegou ao poder contando com o apoio de muitas entidades e movimentos de lutas do Brasil, segundo Machado *apud* Pinto (2016, p.34)

[...] o PT foi se firmando como referencial partidário à esquerda. Animado pela sua base de apoio constituída pelas frentes sindicais da cidade e do campo – a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) – pelos movimentos sociais – Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Comissão Pastorais da Terra (CPT) e intelectuais, este partido se diferenciava pelo compromisso com a classe trabalhadora.

Em seu primeiro mandato (2002 -2005), o novo presidente Lula juntamente com sua equipe de governo elaborou o II PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), pois segundo Albuquerque (2006, p.85) no novo governo, o mandato partiu de outra forma de

desenvolvimento do país “articulada a um conjunto de transformações econômicas, sociais e políticas, derivadas principalmente do processo de reordenamento da estrutura fundiária do país”. Assim, criou-se uma nova esperança para o trabalhador camponês que via em Lula uma possibilidade de avanço da reforma agrária. O plano além da reforma agrária teria o objetivo de assegurar “crédito, a assistência técnica e a infraestrutura produtiva e social” (PAULA, 2007, p.31).

A questão dos subsídios assegurado no plano foi uma notícia cativante para os movimentos que lutam pela reforma agrária, haja vista que a realidade presente nos assentamentos é muitas vezes de abandono e falta de programas assistenciais. De acordo com Abramovay *apud* Alencar (2000, p.30) “cerca de 30% dos assentamentos no Brasil são um sucesso absoluto [...] outros 30% conseguem apenas garantir a sobrevivência da família. Os 40% restantes tendem a vender a terra e abandonar o campo”. A realidade descrita por Abramovay revela a falta de políticas de desenvolvimento rural e trouxe um novo olhar sobre a reforma agrária e as políticas assistencialistas para os assentamentos rurais brasileiros.

No II PNRA foi traçado metas a serem cumpridas no decorrer do mandato de quatro anos, consistindo em desapropriação, criação de novas áreas de assentamento, subsídio aos antigos assentamentos, assistência às comunidades indígenas e quilombolas e ajudas técnicas as famílias das áreas reformadas.

As metas propostas para o segundo Plano Nacional de Reforma Agrária, podem ser vistas no quadro 01.

Quadro 01

Brasil - Metas do Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária.
Plano de Governo de Lula para a Reforma Agrária entre 2003 e 2006.

II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural.
Metas
<p>Meta 1: 400.000 novas famílias assentadas;</p> <p>Meta 2: 500.000 famílias com posses regularizadas;</p> <p>Meta 3: 150.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário;</p> <p>Meta 4: Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos;</p> <p>Meta 5: Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado;</p> <p>Meta 6: Implementar o cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2.2 milhões de imóveis rurais;</p> <p>Meta 7: Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas;</p> <p>Meta 8: Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas;</p> <p>Meta 9: Promover a igualdade de gênero na reforma Agrária;</p> <p>Meta 10: Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas;</p> <p>Meta 11: Universalizar o direito à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas</p>

Fonte: BRASIL, II Plano Nacional de Reforma Agrária, 2004. Org: PINTO, L. E. O. 2016, p.37.

Além das metas para assentar famílias e crédito fundiário, o II PNRA contou com a inserção de grupos que necessitavam da demarcação de terras como os quilombolas e os indígenas. Contou também com a valorização da mulher como parte importante no assentamento e o incentivo à cultura entre outros objetivos pertinentes.

Entretanto, a realidade estava muito distante das metas propostas no documento, segundo Oliveira (2015, p.28) “O governo Lula no primeiro mandato diz que assentou 381 mil famílias, mas, em verdade, assentaram apenas 150 mil famílias em novos assentamentos”. Nas palavras de Oliveira (2010) naquele momento, final do primeiro mandato, ficou claro que pouco iria se fazer em relação à questão agrária brasileira.

Não demorou muito para perceber que mais uma vez as promessas não iriam ser cumpridas de fato, e que o novo plano era mais uma medida paliativa para os camponeses.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária terminou em 2006, e o governo do PT tinha implantado apenas 149.490 assentamentos novos, ficando a diferença de (231.929) para a regularização, reordenação e reassentamentos fundiários. Ou seja, o INCRA cumpriu apenas 37% da Meta 1 dos assentamentos novos, deixando de assentar 250.510 famílias. Até 2009 o governo do PT assentou de fato pouco mais de 197 mil famílias, embora o ufanismo do INCRA anuncie que assentou 573 mil famílias (OLIVEIRA, 2010, p.56).

Apesar das metas traçadas, não podemos considerar de fato uma reforma agrária o que se propôs fazer o governo Lula, pois não mudou em sua totalidade a estrutura agrária do nosso país, como nos faz lembrar Oliveira (2012, p. 110), “[...] considerando que a regularização de terras não altera estrutura fundiária e que a desapropriação de terras

improdutivas fora deixada de lado, ficou difícil se falar em reforma agrária no governo Lula da Silva”.

Assim, o governo passou a ser visto como apaziguador de interesses, pois de um lado dava assistência aos camponeses e do outro investia no agronegócio, demonstrando o não enfrentamento do problema da concentração fundiária pelo grupo agrário do PT.

O segundo mandato do governo Lula de 2007 a 2010 não acrescentou novas ações e nem reestruturou o plano que acabava por chegar ao fim. Conforme Oliveira (2010, p.56),

O segundo mandato por sua vez, transcorreu sem que fosse elaborado o III Plano Nacional de Reforma Agrária como manda a legislação em vigor, e, ao contrário, implementou-se a política de contrarreforma agrária para a expansão do agronegócio.

Para Pinto (2016, p. 40),

Se, no primeiro mandato, a tônica orquestrada pelo governo foi de conciliar interesses contrários, neste segundo mandato, o PT se distanciou ainda mais dos movimentos populares e sindicais. O governo desobrigou-se a realizar a reforma agrária [...].

O que seria um governo de mudanças, principalmente nas relações agrárias, acabou por ficar preso aos interesses de uma elite conservadora latifundiária que dominou de certa forma a cena política e viu no agronegócio a fonte de riqueza, deixando de lado a agricultura familiar.

O modelo de agricultura, baseado no agronegócio tem sido criticado pelos movimentos sociais, sobretudo, porque gera uma maior concentração de terras no Brasil e, portanto, inviabiliza a necessidade de reforma agrária. O latifúndio do agronegócio não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia da produção e as políticas de desenvolvimento. (GONÇALVES NETO, 2014).

A força desta “nova” agricultura e seu crescimento impõe a defesa de um projeto de reforma agrária no país, pois segundo consta na Cartilha Programa Agrário do MST (2014, p.10) a política do agronegócio “Torna a agricultura como um negócio para acumulação de riqueza e renda de um grande capital”, assim “Os grandes e médios proprietários que representam o agronegócio controlam 85% das terras e praticamente toda produção de commodities para exportação”. (MST, 2014, p.14).

Assim,

(...) reorganizar sua política econômica externa, tendo em vista gerar saldos comerciais de divisas a qualquer custo. Aqui começa a reestruturação econômica da economia do agronegócio, diretamente vinculada à expansão mundial das “commodities”. Em pouco mais de uma década, 1999-2012 o país quintuplica em dólares suas exportações (...). Nesse “boom” exportador, os produtos primários – “básicos” e “semi-elaborados”, ganham posição protagônica, enquanto as

manufaturas vão saindo das “exportações” e ingressando paulatinamente nas “importações”. (DELGADO, 2013, pg. 63)

A renda obtida com a produção de commodities no Brasil tem relação direta com a manutenção dos grandes latifúndios. Essa reprodução culmina em explorações e expulsões dos camponeses e principalmente na falta de investimento para a agricultura familiar.

A Reforma Agrária proposta para o governo Lula, com o II Plano não foi consolidada, ficando claro o colapso da proposta histórica do partido em realizar a reforma agrária no país. O que se observa é a luta diária do movimento camponês na tentativa de mudanças na estrutura fundiária brasileira. Enquanto a reforma agrária não se concretiza, movimentos sociais se apegam às leis como o Estatuto da Terra para a criação dos assentamentos rurais, criando novos espaços de resistência camponesa.

2.4 O golpe de 2016 e o retrocesso da questão agrária no Brasil

Com o fim do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva em 2011, assumiu o governo Dilma Vana Roussef, que manteve em seu governo uma gestão voltada para o incentivo ao modelo do agronegócio, dando uma estagnada no que se refere à questão agrária no Brasil.

No governo Dilma (2011 a 2014),

[...] 87% do total geral dos recursos destinados ao crédito rural foram para o agronegócio, com incríveis cifras da ordem de 905 bilhões de reais, enquanto para a agricultura familiar e camponesa coube apenas 13% ou 138 bilhões. (COSME, 2016 p.335).

A injusta distribuição de créditos rurais decretou cada vez mais a distância entre as classes sociais, passando a agravar os conflitos por terra em diferentes partes do Brasil.

No governo de Dilma o foco foi a,

Reforma Tributária e da Reforma Política (diga-se de passagem, reformas que não ocorreram [...]), longe de mencionar a Reforma Agrária como basilar para que o país possa vir a, efetivamente, iniciar a construção de outra sociedade, verdadeiramente um novo Brasil. (COSME, 2016, p. 312).

Em seu mandato pouco foi feito para solucionar o problema agrário brasileiro. Das políticas presente em seu governo, para atenuar os conflitos destaca-se,

[...] o Plano Brasil Sem Miséria, colocando a superação da situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional como ponto central do seu mandato. Apesar de reconhecer que vivem no campo 47% do público do Brasil Sem Miséria, em nenhum momento elege a reforma agrária, como caminho para combater o quadro dramático encontrado e reconhecido pelo próprio governo. Em vez de buscar eliminar qualquer situação de pobreza, o Plano Brasil Sem Miséria destina-se a uma parte dos pobres, somente aqueles com renda familiar per capita mensal de até R\$ 70,00 (setenta reais). (COSME, 2016, p.333).

Essa política da presidenta foi considerada fraca pelos movimentos sociais, que defendem o fim da pobreza ligada diretamente com a reforma agrária, gerando dessa forma uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, nos anos de governo Dilma não houve mudanças significativas e nem uma expressiva criação de novos assentamentos rurais. Assim,

[...] o INCRA (2016) afirma que foram 107.354 mil novas famílias assentadas no período. O DATALUTA (2015) registra que em seu primeiro mandato, Dilma criou apenas 512 assentamentos rurais e que 39.136 mil novas famílias foram assentadas. Já Oliveira (2015) evidencia que foram somente 31 mil famílias em assentamentos novos. (COSME, 2016, p.340).

Esses números relevam o descaso do governo Dilma com os camponeses. Desse modo o que se viu foi o crescimento latifundiário e dos conflitos no campo no Brasil. Segundo o caderno de conflitos no Campo da CPT, entre 2011 e 2015, cerca de 185 lideranças do campo tiveram suas vidas interrompidas em conflitos por terra.

Dessa maneira, o governo Dilma Roussef conclui seu primeiro mandato sem políticas abrangentes para a reforma agrária brasileira. Para Cosme (2016, p.333) “nem ao menos se preocupou em elaborar o III Plano Nacional de Reforma Agrária”.

Em seu segundo mandato, em 2015, a conjuntura do país estava balançada com os escândalos de corrupção, envolvendo seu primeiro mandato e com a ruptura com o vice-presidente Michel Temer. Todas essas desavenças culminaram com seu impeachment no ano de 2016, acusada de praticar “pedaladas fiscais”, ou seja, mascarando contas em seu governo, prática considerada ilegal. A mesma foi retirada do poder e quem assumiu foi seu vice Michel Temer.

Esse novo momento marcou a história do país. Para Fernandes (2017, p.8)

A conjuntura criada pelo golpe de 2016 apoiado e legitimado por parcela da sociedade civil apresenta-se para os movimentos socioterritoriais de maneira adversa, pois caracteriza-se enquanto um evento hostil antidemocrático que compreende a história agenda repressiva das classes dominantes, cujo desdobramento apresenta potencial para se verter em uma maior redução da diversidade das organizações que lutam pela reforma agrária e promovem a resistência no campo.

Deste modo o golpe inaugurou uma nova fase da concentração de terras no Brasil, a segunda fase do pós-neoliberal “[...] com o governo golpista de Michel Temer” (Fernandes, 2017, p.3).

Assim, “com o golpe neoliberal iniciou um conjunto de medidas nefastas pelo governo golpista nos diversos setores que compõem a sociedade brasileira. [...] O Brasil agrário também não está distante desses ataques”. (FERNANDES, 2017. p.10)

Portanto, essa fase foi preocupante, haja vista que pouco se fez para resolver a questão agrária. Os movimentos sociais e entidades de representações camponesas estão na atual conjuntura procurando saídas para manter viva a luta pela reforma agrária em um contexto de eleições presidenciais de 2018.

3 A TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO CEARÁ

No Brasil, desde meados do século XX, a luta pela terra tem se feito presente. Muitos assentamentos foram criados ao longo dos anos e muitas das conquistas deram-se por meio do apoio e da organização de movimentos sociais como o MST.

3.1 A Formação do MST e a Territorialização da Luta pela terra: Breves Considerações

Nesse cenário político nacional, novos e velhos movimentos surgem na busca pela distribuição justa da terra. Segundo Fernandes (1998, p.13)

Com as mudanças políticas ocorridas em meados da década de oitenta, como resultado da ação da sociedade em diversos movimentos políticos contra a ditadura militar lutando pela implantação da democracia no Brasil, na cidade e no campo cresceram as organizações de trabalhadores conquistando novos espaços. Neste “novo” momento da História do Brasil, o MST, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Igreja Católica, diversos partidos e inúmeras entidades pró-reforma agrária articulam-se para exigir do primeiro governo da Nova República – um projeto de reforma Agrária.

Neste contexto, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras), aparece como um forte aliado na luta dos camponeses por leis que assegure a realização da reforma agrária. Segundo Fernandes (1998, p.13),

Um dos movimentos sociais mais representativos que nasceu nesse processo foi o *MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*. As referências históricas sobre sua origem são as ocupações de terras realizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Das várias ocupações de terras em todo o Brasil e do crescimento das formas de organização, resultou a fundação do MST, em 1984, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, com a realização do Primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra.

O surgimento do MST no cenário brasileiro está também relacionado aos conflitos sociais decorrentes do processo de modernização da agricultura no país de um contexto no qual cada vez mais o camponês foi expropriado do campo, essa perda deu-se principalmente devido ao uso da tecnologia no processo de produção agrícola. Conforme Fernandes (1998, p.17),

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantado durante o regime militar.

Assim o surgimento do MST acompanhou a evolução social, política e econômica no campo. Uma denominada “evolução tecnológica” ocorrida, sobretudo com o uso de máquinas e agroquímicos, no intuito de aumento da produção. Deste modo,

Com a expansão do capitalismo no campo e, conseqüentemente, com a sujeição da renda da terra ao capital, a luta pela terra é, antes de mais nada, uma luta contra a essência do capital: a expropriação e exploração (FERNANDES, 1998, p.11).

Portanto,

[...] os governos militares implantaram um modelo econômico de desenvolvimento agropecuário que visava acelerar a modernização da agricultura com base na grande propriedade, principalmente pela criação de um sistema de créditos e subsídios, [...]. De um lado, aumentou as áreas de cultivo da monocultura da soja, cana-de-açúcar, da laranja entre outras; intensificou a mecanização da agricultura e aumentou o número de trabalhadores assalariados. De outro lado, agravou ainda mais a situação de toda a agricultura familiar [...]. (FERNANDES, 1999, p. 41).

Todas essas mudanças acarretaram na expulsão de milhares de trabalhadores do campo, deixando-os sem saída e forçando-os a migração para os centros urbanos, formando o grande exército industrial de reserva. Dessa forma um dos pontos relevantes para o surgimento do MST “[...] foi o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970” (STEDILE e FERNANDES, 1999, p.15).

O MST tem a sua base social predominantemente no semiproletário agrária, isto é, ente os pequenos agricultores semiautônomos (aquí também denominado seme assalariado), cuja área total é maior que 20 ha e que ou não tem terra própria, ou não tem sequer equipamentos de atração animal para o seu trabalho, ou não possuem ambos. (GERMER, 2013 p.309)

O movimento camponês sem terra trouxe na sua raiz a missão de: lutar pela reforma agrária e garantir a permanência do homem no campo, pois,

Desde sua fundação, morreram centenas de trabalhadores rurais, resultado da violência no campo. É importante destacar a influência [...], como exemplo de resistência para os militantes trabalhadores rurais do Brasil.(MAIA 2008, p.25),

O MST contém em seu cerne a luta contra a exclusão do trabalhador do campo, assim sendo sua criação passou por períodos importantes que representou à luta do camponês.

Cada período se caracteriza por lutas específicas e gerais, a saber: 1979 a 1983 – nascimento e consolidação do movimento social no território nacional, 1984 a 1989- consolidação nacional do movimento, sua ampliação para quase todos os estados do Brasil e sua afirmação como uma corrente específica de forma de luta pela reforma agrária do país, 1990 a 1994 – atos de resistência e enfrentamentos diante das políticas do governo Collor e de 1994 a 2000 – enfrentamentos da estruturados latifúndios e consolidação de políticas organizadas diante do modelo econômico liberal, pondo em destaque a luta de massas como única forma de avançar a luta pela reforma agrária. (MAIA, 2008, p.33).

Para Fernandes (1996, p.77) nos primeiros anos,

Das experiências em curso, houve certa prevalência das lutas do Sul do país (uma luta que virou exemplo foi a de Ronda Alta) pelo rápido crescimento do número de famílias envolvidas, pelo enfrentamento e as formas de resistências construídas no

cotidiano da luta popular, pelas primeiras conquistas e pela ampla divulgação entre os trabalhadores rurais sem-terra [...].

Ronda Alta é um município localizado a noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, território com intenso grau de industrialização no campo, embrião das ocupações de terras pelo MST. A divulgação dos acontecimentos no país fez que o movimento começasse a criar forma e mostrar sua força por outros territórios com o ideal da reforma agrária. Esta forma influenciou inúmeros trabalhadores a lutar por seus direitos como acesso e posse da terra.

O MST tinha como objetivos

Que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha; Lutar por sociedade sem exploradores e sem explorados; Ser um movimento de massas autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária; Organizar os trabalhadores rurais na base; Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político; Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores; Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina (FERNANDES, 1998, p.23-24).

Esses objetivos foram definidos no Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra ocorridos em 1985, na cidade de Curitiba. As ações defendidas pelo movimento foram elaboradas no início da trajetória do MST e tornaram-se a base essencial para o seu crescimento como agente transformador da realidade camponesa.

Ao longo dos anos e com as mudanças de governo em nosso país, novas ideias foram postas na renovação dos objetivos do movimento com o intuito de ampliar a ação do mesmo em diferentes pontos do país. Assim, no terceiro Encontro Nacional do MST em 1995, os objetivos foram relançados e revistos com uma visão mais ampla.

Construir uma sociedade sem exploradores e onde trabalho tem supremacia sobre o capital; A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade; Garantir trabalho a todos, com justa distribuição de terras, da renda e das riquezas; Buscas permanentes a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais; Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais; Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher. (FERNANDES, 1998, p. 24-25).

É unanimidade entre os autores o fato de o movimento ter ganhado força nos anos 90 e passado a se expandir por diferentes partes do Brasil. Com isso, inúmeros assentamentos foram criados e muitas terras improdutivas ocupadas.

A intensificação das ocupações é resultado da territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que em contínua territorialização, organizou-se em 24 estados, em 1997, formando uma rede nacional de lutas e resistência. Essa rede é formada por um conjunto de ocupações, de assentamentos, de secretarias e de cooperativas implantadas em vários municípios brasileiros. As ocupações acontecem nos processos de especialização e territorialização do MST. (FERNANDES, 1998, p.34).

Hoje o movimento está estruturalmente dividido em uma Coordenação Nacional, uma Direção Nacional, Coordenações Estaduais, Direções Estaduais, Coordenações regionais e Coordenações dos Assentamentos e Acampamentos. Uma forma de organização articulada nos assentamentos e fortalecida na superação dos obstáculos (SALES, 2003).

Em sua organização, o MST trabalha com a formação camponesa através de momentos com a mística. A mística para o MST significa um momento de celebração e apresentação no qual os camponeses fazem um resgate cultural e relembram fatos importantes como a conquista da posse da terra, o período chuvoso e a colheita entre outros motivos que julgam importante na história da luta do movimento. (STEDILE e FERNANDES, 1999).

Aos poucos o movimento sem terras foi se tornando um símbolo de resistência e uso de elementos como as cores, os instrumentos e as canções para demonstrar seu poder de atuação. Entre os símbolos mais comuns temos: a bandeira e conseqüentemente suas cores.

[...] A Bandeira representa os açudes, as cachoeiras, as plantações, as escolas, a educação, a liberdade. Os desenhos simbolizam um Brasil sem latifúndio, fome, violência, analfabetismo, e sem desemprego (MAIA, 2008, p.39).

O hino é outra representação, os militantes ao cantá-lo, o faz com o punho da mão esquerda fechada e erguido para o ar, como forma de demonstrar a força.

Nesse sentido, o hino é mais do que uma música, é um símbolo que, articulado à bandeira, ao boné, à camiseta, às sandálias, ao calendário histórico dos trabalhadores em marcha, contribui para formar a identidade do militante do MST nos aspectos sociais e políticos. (MAIA, 2008 p.40)

Assim,

Na medida em que o MST foi se organizando, se especializando se territorializando, foi sentindo diversas outras necessidades além da conquista da terra, pois percebeu que somente o acesso à terra não significa justiça social. (MAGALHÃES, 2017, p.18).

A educação surge como fato de discussão para o movimento sem terras é um dos setores mais importante. Os sem terra sabem da importância que o conhecimento tem na formação do camponês, e na continuidade da luta pela terra. Uma educação contextualizada com conteúdo que aborde a realidade dos sujeitos. A educação do campo, conforme Oliveira e Sampaio (2017, p.155) “[...] é um fato extremamente relevante na compreensão dos processos políticos e sociais que envolvem a escola do campo”.

Segundo Molina (2009, p. 18),

[...] Educação do Campo refere-se à articulação de seus postulados ao entendimento da necessidade da construção de um novo projeto de nação para a sociedade brasileira. Projeto este cuja centralidade se dê a partir da busca da garantia das

condições dignas de vida para todos, o que exige redistribuição de renda, de terra, poder e conhecimento.

Assim, a educação defendida pelo MST vai muito além da sala de aula, pois,

A escola não é o único lugar em que a educação acontece; o ensino escolar não é a única prática social que leva ao conhecimento e o professor profissional não é seu único praticante. O processo de construção do conhecimento é amplo, contemplando diferentes dimensões territoriais da sociedade: intelectual, afetiva, social e estética. [...] A casa, o quintal, a roça, a casa-de-farinha entre outros são lugares de encontro. (MST, 2009, p.36)

No Ceará, escolas do campo gestadas pelo MST estão trazendo o diferencial de educação para o jovem filho de camponês. Esses jovens aprendem a conviver com o semiárido e a desenvolver a agroecologia como uma produção agrícola limpa e sustentável. Hoje o campo brasileiro conta com inúmeras escolas do campo, levando o conhecimento e oferecendo oportunidades para os jovens camponeses. No Ceará as escolas gestadas pelo MST são uma realidade presente, devido à articulação do mesmo com a SEDUC (Secretária de educação do Ceará) e as secretarias dos municípios nas quais as mesmas estão inseridas, são elas: João Sem-Terra em Madalena, Florestam Fernandes em Monsenhor Tabosa, Nazaré Flor em Itapipoca, Francisca Barros em Itarema, Patativa do Assaré em Canindé e a Francisca Pinto em Ocará.

Portanto, o MST está presente na luta diária pela reforma agrária e a soberania alimentar, por distribuição igualitária de terras. Desde o seu surgimento, foi responsável pela articulação e criação de vários assentamentos, garantindo o direito a terra àqueles que necessitam da mesma para sobreviver.

A luta é dia a dia e consiste no enfrentamento constante com os fazendeiros, a polícia e o estado na tentativa da realização da reforma agrária via Estatuto da Terra, ou seja, na desapropriação de terra que não cumpram com a função social para fins da reforma agrária.

3.2 A formação e a territorialização do MST no Ceará

A luta camponesa é constante, pois se compreende que as disputas por terra é uma relação política que consiste no confronto entre os menos favorecidos e os detentores do poder. No Ceará, como no restante do Brasil, os problemas relacionados à questão agrária sempre foi uma realidade existente.

A concentração de terras no território cearense tem uma história que se inicia a partir das fazendas de criação de gado. “A pecuária tornou-se uma das atividades mais

importantes para a organização do espaço cearense [...]” (SILVA, 1995, p.83). De maneira geral, a pecuária foi o principal elemento da ocupação do território cearense, devido, sobretudo a economia colonial, a qual se destinava as áreas litorâneas ou as áreas de monocultoras da cana de açúcar. Com o domínio da zona da mata com a cana de açúcar, houve o favorecimento a expansão da pecuária do algodão e da agricultura de subsistência no sertão adentro.

A Carta Régia de 1701 explicita que a pecuária não deveria ser praticada na faixa litorânea. De acordo com as normas coloniais, a monocultura açucareira desenvolver-se-ia durante o mercantilismo colonial, através do emprego de mão-de-obra escrava, e a pecuária no sertão, através de criação extensiva, utilizando mão-de-obra livre (SILVA, 2010, p.18)

Portanto, o sertão passou a ser a sub-região geográfica do Nordeste brasileiro onde se desenvolveu a pequena produção de agropecuária. A produção destes subsídios partia dos moradores de condição, que tinham uma relação de parceria com a troca da moradia por dias de serviço ou percentuais em produtos. Assim foi instituída uma relação de subordinação dos camponeses, para com os fazendeiros que dispunham de recursos financeiros e terra.

Para Diniz (2009, p.40),

[...] a concentração de terra é um traço marcante da estrutura fundiária cearense desde o período colonial com o regime das sesmarias, doação de grandes extensões de terras voltadas para a pecuária, surgindo assim, os grandes latifúndios, no sertão semiárido.

Com a sesmaria no Ceará a terra foi doada aos “homens bons”, o que favoreceu a expropriação do trabalho camponês e a concentração de terras nas mãos de poucos. No processo, camponeses sem terra passam a buscar junto aos fazendeiros abrigo onde pudessem praticar uma agricultura de subsistência.

A agricultura, no contexto do semiárido surge como uma atividade secundária e que servia como complemento a prática da pecuária, cabendo-lhe a função de fornecer alimentos, para as áreas de lavoura da cana-de-açúcar.

Para Andrade (1986, p.155),

O início da atividade agrícola deve ser contemporâneo do desbravamento do interior e da criação de gado. Apenas a agricultura não foi a atividade principal, desenvolveu-se mediocrementemente à sombra dos “currais” [...] Ocupava a agricultura pequenas áreas, uma vez que era feita visando o abastecimento da população de cada curral.

O pagamento da renda pelo uso da terra ocorria de diversas maneiras como nos fala Silva (2010, p.20),

[...] era feito em produto e em dias de trabalho gratuito para o fazendeiro, prática conhecida como sujeição, ou seja, forma de pagamento pelo uso da terra. Pode-se destacar que a estrutura da propriedade vigente fortaleceu-se pela obtenção de uma renda fundiária, formada por parcelas da produção de algodão, feijão e milho, bem como pelas forragens deixadas nos roçados, pelos moradores, para os rebanhos da fazenda.

Portanto, segundo Oliveira (1990, p.76-77)

A renda em trabalho consiste na forma mais simples de renda fundiária, pois o produtor direto, com seus instrumentos de trabalho que lhe pertencem de fato ou de direito, durante parte da semana, mês ou ano, trabalha as terras outrem, muitas vezes coercitivamente, recebendo em troca apenas o direito de lavrar parte dessas terras para si próprio.

Desse modo, os camponeses trabalhavam e cultivavam a terra ficando à mercê dos mandos e desmandos do latifundiário (Moura 1988). No Ceará, com o intuito de manter a relação de sujeição camponesa, segundo Diniz (2009, p.57), “[...] o proprietário desempenhava o papel de protetor”, pois “A proteção exercida pelos proprietários do sertão sobre o seu pessoal era outro pilar de sustentação da legitimidade da dominação tradicional” (BARREIRA, 1994 p.143).

As relações entre camponeses e proprietários começam a enfraquecer principalmente nas décadas de 50, 60 e 70 devido à politização dos camponeses com a emergência das Ligas Camponesas, da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro além do Estatuto do Trabalhador Rural e do Estatuto da Terra. Todas essas entidades serviram de base para a organização dos camponeses na luta por seus direitos. No Ceará, as primeiras disputas envolvendo camponeses e proprietários deram-se devido ao pagamento da renda da terra. O pagamento da denominada “renda justa” (DINIZ, 2009) tinha relação, sobretudo com a forma como deveria ser paga a renda na relação de trabalho pautada na parceria.

De acordo com o Estatuto da Terra, de 1964, no Capítulo IV, Seção III, artigo 96, inciso VI, a parceria teria como regra para cobrança:

VI – dez por cento, quando concorrer apenas com a terra nua; vinte por cento, quando concorrer com a terra preparada e moradia; trinta por cento, caso concorra com o conjunto básico de benfeitorias, constituído especialmente de casa de moradia, galpões, banheiro para gado, cercas, valas ou currais, conforme o caso; cinquenta por cento, caso concorra com a terra preparada e o conjunto básico de benfeitorias enumeradas na alínea e mais o fornecimento de máquinas e implementos agrícolas, para atender aos tratos culturais, bem como as sementes e animais de tração e, no caso de parceria pecuária, com animais de cria em proporção superior a cinquenta por cento do número total de cabeças objeto de parcerias vendidas. (ESTATUTO DA TERRA, 1964, p. 43).

Os camponeses com acesso ao documento perceberam que estavam sendo explorados e que o estatuto não estava sendo cumprido pelos fazendeiros, pois alguns proprietários exigiam 50% da produção como pagamento, sendo que os mesmos ao cederem a

terra para os camponeses a entregaram sem benfeitorias. Nesse contexto os trabalhadores instruídos de seus direitos e deveres passaram a lutar contra a exploração que sofriam do patrão.

A partir do momento em que os camponeses começaram a questionar a “renda justa” se deu a ruptura com o patrão e vários conflitos passam a existir. As famílias envolvidas passaram a sofrer todo tipo de represálias [...]. Atos como ameaças de morte, derrubada de cercas e casas, destruição das plantações que eram arrancadas e destruídas pelos animais da fazenda, que passaram a serem colocados propositalmente, e a presença constante da polícia, tinham como objetivo criar um clima de tensão entre os camponeses que decidiram lutar e, ao mesmo tempo, amedrontar, até aqueles que ficaram do lado do proprietário. (DINIZ, 2009 p.134-135)

Para a autora, “essa tomada de consciência fez com que os moradores ganhassem força e se mobilizassem, cada vez mais e, organizados, decidiram enfrentar diretamente o patrão” (DINIZ, 2009, p.133).

Com base em Barreira (1994) analisaremos três conflitos envolvendo camponeses e proprietários de terra no Ceará, as lutas nas fazendas Japuara em Canindé (1971), Monte Castelo em Quixadá (1983) e Santo Antônio em Caridade (1983), o qual teve o uso de violência que partia da

[...] destruição das plantações, proibição de plantar na propriedade, de usar a água dos açudes e poços, destruição das cercas, invasão ou derrubado das casas, como também quebra dos objetos dos moradores, agressões físicas e verbais, prisões ilegais, uso de tortura e assassinatos de várias formas. (ALENCAR e DINIZ, 2010, p.136).

A fazenda Japuara se tornou um marco na história cearense, o conflito surgiu no período da ditadura militar, momento de grande repressão civil. Em Japuara nos anos 70 segundo Barreira (1994, p.48) “[...] o personagem principal é o açude, cujo papel é vital no cotidiano dos residentes na fazenda. É ele que fornece o peixe e a água”. O novo proprietário ordenou o arrombamento do açude fato este que não foi bem visto pelos moradores que dependiam do recurso hídrico para sobreviver. É importante ressaltar que a fazenda Japuara localizava-se no município de Canindé, sertão central, área de temperaturas elevadas e que constantemente sofre com problemas relacionados à seca, logo a água tem uma relevância muito grande para a população local.

Na Japuara ocorreram sangrentos confrontos com mortes de ambas às partes que chegaram a ser noticiadas nos meios de comunicação como os jornais. Segundo Barreira (1994, p.38),

A violência da classe dominante do sertão se torna mais forte à medida que as relações de trabalho sofrem alterações ou se modernizam e os camponeses tomam

consciência do seu “grau de dependência” e percebem que o seu “nível de miséria” é diretamente proporcional ao “mundo” do sertão.

O conflito na fazenda Japuara,

[...] terminou com a desapropriação da fazenda, embora assentada em um processo controlado pelas classes dominantes, como forma de frear os conflitos de classes existentes. Porém, ocorreu um ganho social e, principalmente, político, que se materializou, no início da territorialização da reforma agrária, [...]. (ALENCAR e DINIZ, 2010, p. 12)

A fazenda foi transformada em assentamento no dia 14/04/1983, uma vitória para os camponeses envolvidos na luta pela terra.

Os episódios de Japuara e seus desdobramentos mostram sinais de que estava sendo gerada uma “nova ordem no campo”, na qual os direitos dos trabalhadores passavam a ser não mais os outorgados pelos proprietários, mas os conquistados e amparados por mecanismos legais. (BARREIRA, 1994 p.54).

O caso da fazenda Monte Castelo, localizada no município de Quixadá, teve início com a luta pela diminuição do pagamento da renda da terra. Segundo Barreira (1994, p.58) “O conflito da Fazenda Monte Castelo, na região de Quixadá, começou em setembro de 1978. O estopim foi a luta pela diminuição da renda pega ao dono da terra”.

No conflito da fazenda Monte Castelo a igreja teve um papel muito importante de conscientização, pois

O movimento das Comunidades Eclesiais de Base realizava reuniões periódicas na fazenda, nas quais os camponeses tiveram o primeiro contato com o Estatuto da Terra e o confrontaram com a realidade de suas próprias condições trabalhistas e econômicas. (BARREIRA, 1994, p.59).

Portanto, depois de muitas discussões e violência, envolvendo o dono da fazenda, os camponeses e as autoridades locais, a mesma foi desapropriada no ano de 1983, fortalecendo a luta camponesa.

Outro caso importante na luta camponesa cearense ocorreu no final da década de 70 e início de 80, quando,

[...] trabalhadores da fazenda Santo Antônio, entre a serra de Baturité e o sertão de Canindé, liam o Estatuto da Terra para saber se podiam criar cabras na fazenda do patrão. Acabaram descobrindo, também, que há anos pagavam um percentual de sua renda muito acima do que manda a lei. (BARREIRA, 1994, p.66).

Este fato acabou gerando o conflito dentro da fazenda. Invasões e demolições de casas, com respaldo da polícia de Canindé, marcou o conflito, que teve fim com a venda de uma parte da fazenda pelo dono ao INCRA em dezembro de 1983 para a criação do assentamento Carneiros, como ficou conhecido.

As fazendas Japuara, Santo Antônio e Monte Castelo não foram às únicas a terem confronto com o proprietário, segundo Alencar e Diniz (2010,p.135) fazendas como

Jardim, Município de Aratuba; Califórnia, Guia, Conceição, Guanabara, Cacimba Velha, Alto Alegre, Feijão e São João da Conquista, no município de Quixadá; Maceió, no município de Itapipoca, e Lagoa do Mineiro, no município de Itarema, entre outras.

Devido aos processos envolvendo camponeses na luta pela terra foi que o Ceará recebeu em 1989 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esse a princípio iniciou suas atividades nos municípios de Canindé, Madalena e Quixadá, territórios onde já existiam casos de conflitos envolvendo camponeses e fazendeiros, vindo a fortalecer a luta dos agricultores cearenses na busca pelo direito a terra.

Dessas várias experiências de enfrentamento com os donos de terra, surgiu a necessidade de construir uma forma de organização social que pudesse articular os camponeses envolvidos com questões de terra. [...] Assim, decidiram articular o MST, buscando apoio no plano nacional. (ALENCAR e DINIZ, 2010, p.136).

Portanto,

O MST surgiu no Ceará em um contexto de intensas lutas e conflitos ocorridos no interior das fazendas, pois, das várias experiências de enfrentamento com o dono da terra, surgiu a necessidade de construir uma organização social que pudesse articular os vários moradores que estavam em luta (DINIZ, 2009 p.159).

Os camponeses cearenses no início da década de 80 passaram a reivindicar de diferentes formas e novos direitos,

O que levou os moradores camponeses a mudarem as estratégias de luta ao articular o MST no Ceará foi a tomada de consciência do processo de subordinação e exclusão social e político a que estavam submetidos, que resultou no amadurecimento da consciência de classe. Isso leva a afirmar que a consciência de classe se faz no processo de luta e resistência (DINIZ, 2009 p.159).

Assim, as primeiras ocupações do MST em nosso estado foram nos municípios do nossa região central que ocorreu ano de 1989, no município de Madalena. Cerca de 450 famílias ocuparam as antigas fazendas Reunidas São Joaquim, dessa ocupação surgiu o Assentamento 25 de Maio. A próxima ocupação do MST no Ceará deu-se na fazenda Logradouro II em Canindé Ceará (Silva, 2010).

A formação dos assentamentos 25 de Maio e Logradouro II, não esteve sozinha. Naquele período,

Ainda em setembro de 1989, 800 famílias se organizaram para ocupar a Fazenda Tiracanga em Canindé, mas na hora da ocupação os camponeses foram impedidos de realizá-la, pois a União Democrática Ruralista (UDR) bloqueou a passagem de aproximadamente 200 famílias, as outras 600 conseguiram desviar o bloqueio e ocuparam a Fazenda Touro, no Município de Itapiuna. Logo depois do bloqueio da UDR as famílias ocuparam a fazenda Tiracanga. Essa ação que deveria constituir a ocupação de um imóvel resultou em duas ocupações no mesmo período. Essas famílias foram despejadas e transferidas para uma fazenda experimental em Santa Quitéria. Em ambos os casos, apesar dos despejos, as famílias conseguiram ser

assentadas. Essas vitórias foram fundamentais na construção dos alicerces de constituição e consolidação do MST no Ceará. (ANDRADE e DINIZ, 2010, p.137).

Como podemos ver o MST, chegou ao Ceará desempenhando um papel relevante, na luta pela terra camponesa. Conseqüentemente, esse movimento inicia no Ceará uma reviravolta impulsionando várias ocupações e pressionando os órgãos governamentais para a realização da reforma agrária.

Para Oliveira (2001, p.195), o MST “[...] representa, no conjunto da história recente do País, mais um passo numa longa marcha dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra”.

O movimento como um todo, está no campo lutando pela terra e medindo forças para permanecer no espaço conquistado, gerando uma dupla jornada de novos desafios perante a conquista da terra, colocando o camponês como o protagonista de um espaço mais justo de vida e trabalho.

Portanto, para Silva (2010, p.50), “o movimento releva uma nova estratégia de luta que acredita ser possível a construção de uma nova sociedade, dotada de justiça, igualdade e cidadania”, ou como nos fala Oliveira (2001, p. 195),

Trata-se, pois, de uma luta de expropriados que, na maioria das vezes, experimentaram a proletarianização urbana ou rural, mas resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Não se trata, portanto, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela novada sociedade brasileira, mas, muito, revela uma estratégia de luta acreditando ser possível, hoje, a construção de uma nova sociedade.

O MST foi aos poucos construindo uma união sólida com os camponeses em todo o território nacional. Assim, o movimento “está disponibilizando a possibilidade de vitória da luta destes diferentes setores que formam o heterogêneo campesinato brasileiro” (OLIVEIRA, 2001 p.196).

Nesse contexto,

Quem quiser conhecer e entender o MST terá de entender esse processo de luta calcado nos acampamentos, portanto, nas ocupações e na luta nos assentamentos. Assim, o MST é um movimento que articula simultaneamente a espacialização da luta combinando-a contraditoriamente com a territorialização desse próprio movimento nos assentamentos. Possui e dá importância à sua estrutura organizativa e democrática, de base, efetivamente de massa. Estrutura organizativa que respeita as diferenças desses movimentos em várias partes do país, e que tem um coletivo nacional representante das diferentes regiões onde o movimento atua. É um movimento diferenciado, pois respeita as decisões tomadas coletivamente. É um dos poucos lugares deste país onde a discordância se dá na discussão de uma determinada concepção ou na tomada de uma decisão. Mas, uma vez vencida uma proposta, ela é abraçada por todos e levada à prática por todos. Essa prática, infelizmente, não ocorre nos partidos políticos, não ocorre em setores do movimento sindical. O MST, com esse componente novo em sua organização, nasce como um

movimento de massa, de contestação contra o não cumprimento pelo Estado da lei da Reforma Agrária (OLIVEIRA, 2001, p.196).

A partir das primeiras mobilizações envolvendo o MST no Ceará, o mesmo se fortaleceu na luta dos trabalhadores rurais e na busca pelos direitos como classe social. O MST no Ceará se constitui como aliado do camponês, na luta e no auxílio da criação e resistência dos assentamentos de reforma agrária cearense.

3.3 Os Assentamentos rurais no Ceará

Os Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRA) surgem ao período do I Plano Nacional de Reforma Agrária em 1985, segundo MIRAD/INCRA *apud* Silva (2010, p.44-45) surge para “mudar a estrutura fundiária, distribuindo e redistribuindo a terra [...] e assegurando um regime de posse e uso que atenda aos princípios de justiça social”. A justiça social está no sentido de realizar a justa distribuição de terras no Brasil, onde a mesma não fique concentrada nas mãos de poucos.

O objetivo da política no I PNRA foi formular as bases para a criação de assentamentos rurais.

Esse mecanismo de intervenção, para a criação de áreas de reforma agrária, a partir de 1985 tinha como base legal, no caso do PNRA, regulamentado pelo Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985 (o fundamento legal do plano era a Constituição Federal). E a Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra, e o caso do PNRA – CE, regulamentado pelo decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986. (ALENCAR, 2000 p.45)

No momento de formulação dos planos regionais, nosso país saía de um período militar e em se tratando de movimentos sociais “[...] a reforma agrária era a “palavra de ordem” e estava na pauta do dia da sociedade civil organizada, discutia-se, nos vários setores desta sociedade [...]”. (ALENCAR, 2000, p.11).

No Ceará, muitos assentamentos foram criados levando em consideração tanto o Estatuto da Terra, o I PNRA e o PRRA. Segundo Silva (2010, p.45),

No município de Canindé, considerando as ações fundiárias no período que compreende o PNRA/PRRA, de 1985 até 2003, foram criadas 39 áreas de reforma agrária, com a implementação de assentamentos rurais, das quais 29 áreas de assentamentos do Governo Federal, obtido pelo INCRA/CE através de desapropriação e uma área através de doação.

Os Assentamentos vão surgindo a partir da conquista da terra pelos camponeses demonstrando a força que o movimento foi ganhando ao passar dos anos. Segundo Alencar (2000, p.18), os assentamentos rurais “devem ser compreendidos como unidades de produção que não apenas gerem excedentes econômicos, mas contemplem também os aspectos sociais, políticos, ambientais e culturais”.

Para o MST (2009, p. 20),

A expressão “assentamento” é utilizada para identificar não apenas uma área de terra no âmbito dos processos de Reforma Agrária, destinada à produção agropecuária e/ou extrativista. É também um espaço heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias camponesas, que ganha vida depois de desapropriado ou adquirido pelos governos federal e/ou estaduais, com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à Reforma Agrária.

Já para Fernandes (1996, p. 241), “o assentamento é uma fração do território, é um trunfo na luta pela terra”, dessa maneira, tornam-se lugares onde se tem o resgate da cultura camponesa como: técnicas de produção, fortalecimento das tradições e da cultura camponesa enquanto grupo social.

O assentamento representa o desfecho de um determinado processo político-social em que o monopólio da terra e o conflito social são superados e imediatamente inicia-se um ao outro: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental com a posse da terra, por uma heterogeneidade social de famílias camponês (MTS, 2009, 30).

Portanto, os assentamentos representam a esperança camponesa de uso da terra de trabalho, pois,

Os assentamentos expressam o modo de vida camponês na construção das casas, nos roçados, na criação de animais, na força de organização das famílias, em torno de uma associação, ou em torno de grupos informais que constroem laços de convivência entre os assentados. (SILVA, 2010 p.86)

Para Alencar (2000, p.33) o estado do Ceará entre 1985 a 1989 chegou “[...] a assentar 6,38% do número de famílias programado no PNRA/PRRA, no tocante ao processo de redistribuição de terras/número de assentamentos previstos nestes planos”, ainda segundo Silva (2010, p.45) no ano de 2003 “Já com referencia às ações do Governo do Estado do Ceará, através do IDACE, tivemos a criação de 10 áreas de assentamentos”, número considerado pouco devido ao elevado número de terras improdutivas que o estado tem.

E assim, as mobilizações camponesas no Ceará proporcionaram à constituição dos assentamentos rurais no campo.

[...] Prova concreta dessas lutas pela terra no Ceará é que até março de 2010 o Estado tinha 400 assentamentos rurais da reforma agrária, sendo 363 federais e 37 estaduais, os quais somam 825.624,1669 há com 19.188 famílias, totalizando uma população estimada de 90.183 pessoas. Partes desses assentamentos estão situados nos sertões cearenses, destacando-se no município de Canindé a maior concentração de assentamentos em número no Ceará (SILVA, 2010 p. 12-13).

A concentração destes novos espaços realizou-se principalmente no sertão, pois foi onde surgiram as primeiras relações de morador/parceria no Ceará.

A concentração dos assentamentos nos sertões cearenses não decorre do simples fato desta região corresponder a aproximadamente 70% do território do Estado. Está relacionada, principalmente com: o processo de ocupação do território, a importância econômica, política e social, as lutas por terras, a escassez dos créditos

rurais subsidiados, as estiagens periódicas, o empobrecimento dos solos e a “oferta” da terra pelos proprietários rurais. Esses fatores direcionaram a concentração dos assentamentos e detrimento de áreas melhores para a exploração agrícola e pecuária, como as serras os vales úmidos e o litoral (ALENCAR, 2000, p.5).

Os assentamentos cearenses tendem a superar as próprias condições naturais, vindo a enfrentar questões de ordem ambiental e a falta de investimentos por parte do poder público.

Os assentamentos cearenses apresentam o modelo de administração misto, ou seja, áreas de cultivo coletivo e individual juntos.

A organização das frações do território apropriadas pelos camponeses, os assentamentos rurais, tem-se caracterizado no Estado do Ceará pelo modelo misto de organização e produção com destinação de áreas de uso coletivo e de uso individual (familiar). Essa prática foi ratificada no Estado a partir do I PNRA e do I PRRA (SILVA, 2010, p.86)

Dessa forma, esses novos espaços foram se fortalecendo enquanto espaços de representação camponesa, preservando o cultivo familiar – individual e coletivo.

No modelo misto adotado no Ceará, não existe a definição do lote/parcela individual (familiar), os assentados definem as áreas de plantio, onde cada família faz a seleção da sua área, faz o plantio de acordo com o planejamento da unidade familiar. As áreas de pastagem são utilizadas em conjunto e geralmente tem áreas de plantio coletivo. (SILVA, 2010 p.90-91)

Segundo Alencar (2000, p.121), a escolha pelo modelo misto,

[...] se dá através da votação. É um processo democrático muito utilizado nos assentamentos em áreas de reforma agrária, optando os assentamentos pelos modelos em que se combinam, articuladamente, o coletivo e o individual.

Portanto, este modelo adotado fortalece as relações da comunidade que se inicia, pois a organização parte do diálogo e da tomada de decisão dos camponeses presentes no assentamento.

A criação de assentamentos no Ceará no período do governo FHC (1995 a 2000) esteve atrelada a uma política neoliberal. Foi nesse contexto que surgiu o programa da Reforma Agrária de Mercado, que entrou na realidade do campo com o intuito de favorecer os proprietários de terra rentistas.

Conforme Oliveira (2005, p.2),

[...] a reforma agrária de mercado como uma política de contra-reforma agrária aparece como condição e consequência da forma pela qual o Estado foi levado a recriar o mercado de terras para favorecer o desenvolvimento do capitalismo no Ceará.

As compras de terras estavam ligadas ao financiamento do Banco Mundial, fornecendo linha de crédito aos agricultores dispostos a comprar terras com o pagamento de juros ao banco.

De acordo com Oliveira (2006, p. 153),

Para justificar a implementação da “reforma agrária de mercado”, os governos estaduais e federais apontaram, formalmente, a lentidão dos processos de desapropriação ocorridos na reforma agrária de fato, os frequentes casos de superestimação nas indenizações dos imóveis desapropriados, e os custos elevados dos assentamentos.

A reforma agrária de mercado retirou o foco da desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Retirou de certa forma, do Estado a responsabilidade da realizar a reforma agrária passando para o mercado financeiro a negociação da mesma.

Entretanto, o programa foi visto por alguns camponeses como uma nova oportunidade de ter acesso à terra de forma rápida e passiva. O projeto “reforma agrária de mercado” teve seu embrião no projeto São José.

A experiência-piloto brasileira da “reforma agrária de mercado” proposta pelo Banco Mundial foi estabelecida, inicialmente, pela Lei n. 12.614, de 12 de Agosto de 1996, no Ceará, a partir da criação de um Fundo Rotativo de Terras, destinado a apoiar as ações desta política no estado. O Fundo viabilizou a implementação do componente Ação Fundiária no interior do Projeto São José, denominado Programa “Reforma Agrária Solidária” – Projeto São José (OLIVEIRA, 2006, p.154)

Conforme Oliveira (2006, p.154) “O público-alvo do programa foram os trabalhadores rurais sem terra e os que possuíam pouca terra, moradores de áreas elegíveis do Projeto São José, organizados em associações”.

O projeto sofreu duras críticas por parte dos movimentos sociais, como nos fala Oliveira (2006, p. 152) “A política sofreu duras críticas oriundas dos movimentos sociais e das entidades de representação dos camponeses, em especial a CPT e o MST, unidos no Fórum Social pela Reforma Agrária e Justiça no Campo”.

Essas críticas foram, sobretudo, relacionadas ao endividamento por parte dos agricultores, pois no que dizem respeito ao Ceará, as questões climáticas são muitas vezes um problema na produção agrícola camponesa principal fonte de renda do povo camponês.

Com todos os contratemplos do projeto, o mesmo foi posto em prática e assentamentos foram criados entre o final dos anos 90 e a primeira década dos anos 2000 no Ceará. O programa reforma agrária de mercado foi também considerado mais um caminho utilizado pelo governo para não se fazer a reforma agrária.

Em relação à administração dos assentamentos cearense, os mesmos contam com o Plano de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA).

Segundo Silva (2010, p.88),

Esses planos visam a elaborar estratégias de planejamento de tal forma que o processo de ocupação e organização da produção possa obedecer a uma lógica que permita o alcance de melhores resultados em termos de produtividade e qualidade de vida.

Com relação a

Organização Espacial – O plano deve permitir ou possibilitar ao PA em termos de capacidade de assentamento e formas de uso da terra, vias de acesso/deslocamento, acesso à água, preservação/conservação ambiental, implanta de infraestrutura física, social e produtiva, locais de moradia e convivência social, identificando as demandas e participações das mulheres nos projetos arquitetônicos de construção das residências. (INCRA, 2004, p.30).

A associação comunitária que tem como papel organizar o novo território camponês, nomeia membros como: presidentes, vice, tesoureiro e secretários. Todos os cargos ficam com a missão de zelar pelo bem estar dos moradores, buscando e incentivando projetos e melhorias na produção, para que a população não acabe por abandonar a terra conquistada.

Apesar dos contratempos é importante notar a evolução dos assentamentos rurais no Ceará, que hoje conta com cerca de quatrocentos e cinquenta e sete (INCRA, 2017), e isso só foi possível mediante todo um processo de lutas, envolvendo morte, expulsões, e a criações de leis e políticas públicas que interviram para tentar solucionar os impasses criados para a manutenção da propriedade privada da terra.

4 ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO

O assentamento Antônio Conselheiro tem sua origem a partir da ocupação da Fazenda Córrego do Quinxixé e tem sua história marcada por acontecimentos que merecem ser destacados no intuito de conhecermos a luta do camponês pelo acesso e o direito a terra.

4.1 A formação do Assentamento Antônio Conselheiro

O assentamento Antônio Conselheiro foi resultado da desapropriação da antiga fazenda Córrego do Quinxixé. A denominação Antônio Conselheiro foi uma forma de homenagear o líder messiânico Antônio Vicente Mendes Maciel, popularmente conhecido como Antônio Conselheiro, responsável pela criação da comunidade de Canudos no sertão da Bahia no século XIX.

Com relação a comunidade, “Canudos era uma velha fazenda abandonada com palhoças (casas) de pau-a-pique, à margem do Vaza-Barris ou Irapiranga, quando Antônio Conselheiro aí chegou em 1893”. Moniz (1978, p.40). Canudos foi se transformando em um local de acolhida para as pessoas que chegavam, fugindo muitas vezes de conflitos de terras e das secas prolongadas. Vista muitas vezes como uma comunidade que servia de refúgio.

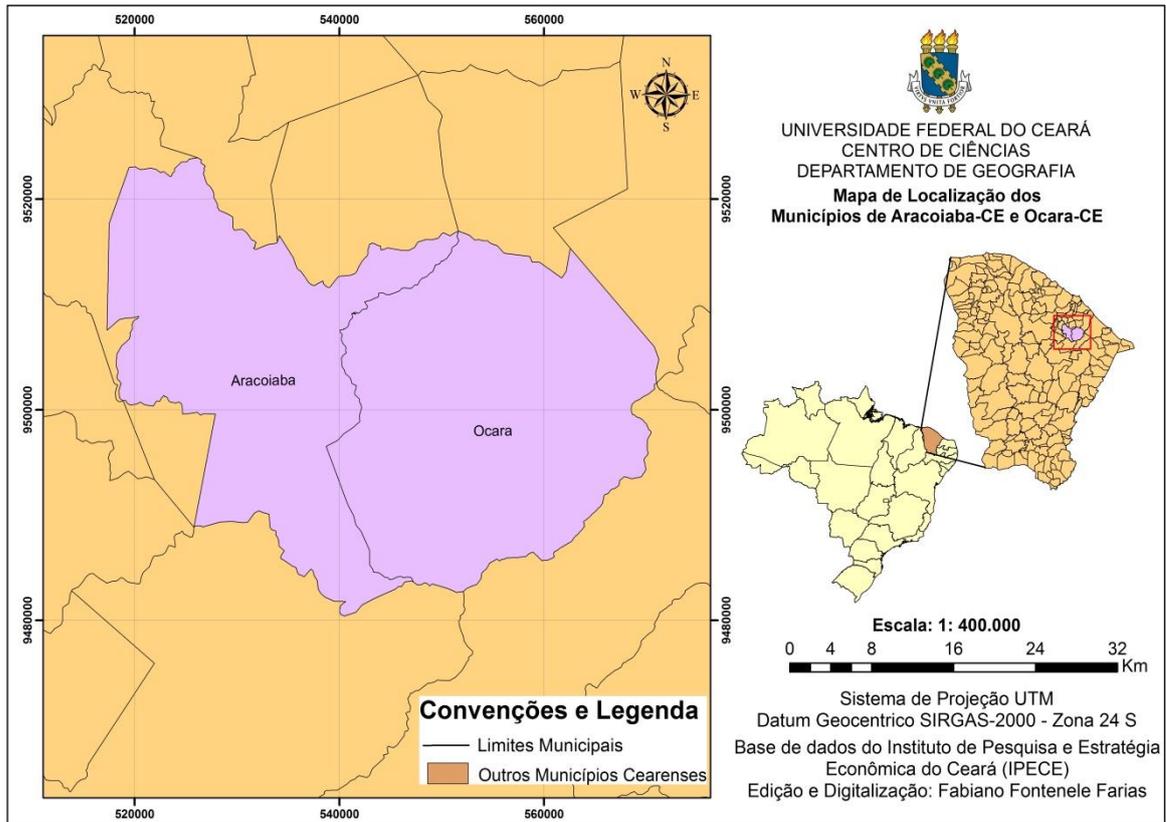
Com relação ao assentamento Antônio Conselheiro, para a professora Z, diretora da escola do campo Francisca Pinto da Silva, “[...]o intuito era formar uma nova Canudos aqui no Ceará”, ou seja, um lugar de acolhida e que fornecesse terra e abrigo aos camponeses que não tinham a posse da terra.

Conforme Sales (2003, p.55), sua formação teve início no dia 20 de Maio de 1995.

Na época da ocupação, havia centenas de cabeças de gado. A relação de trabalho entre os moradores permanentes e o proprietário era feita através da concessão da terra para exploração em troca da metade de sua produção, sendo essa forma de pagamento denominada *renda da terra*.

O assentamento está localizado nos municípios de Aracoiaba e Ocara no estado do Ceará, com cerca de 5.651.633hectarese distante da capital Fortaleza cerca de 101 km, o acesso dá-se pela rodovia BR 122(Mapa 01).

Mapa 01: representação da BR 122, principal via de acesso ao assentamento.



Fonte: Farias (2017)

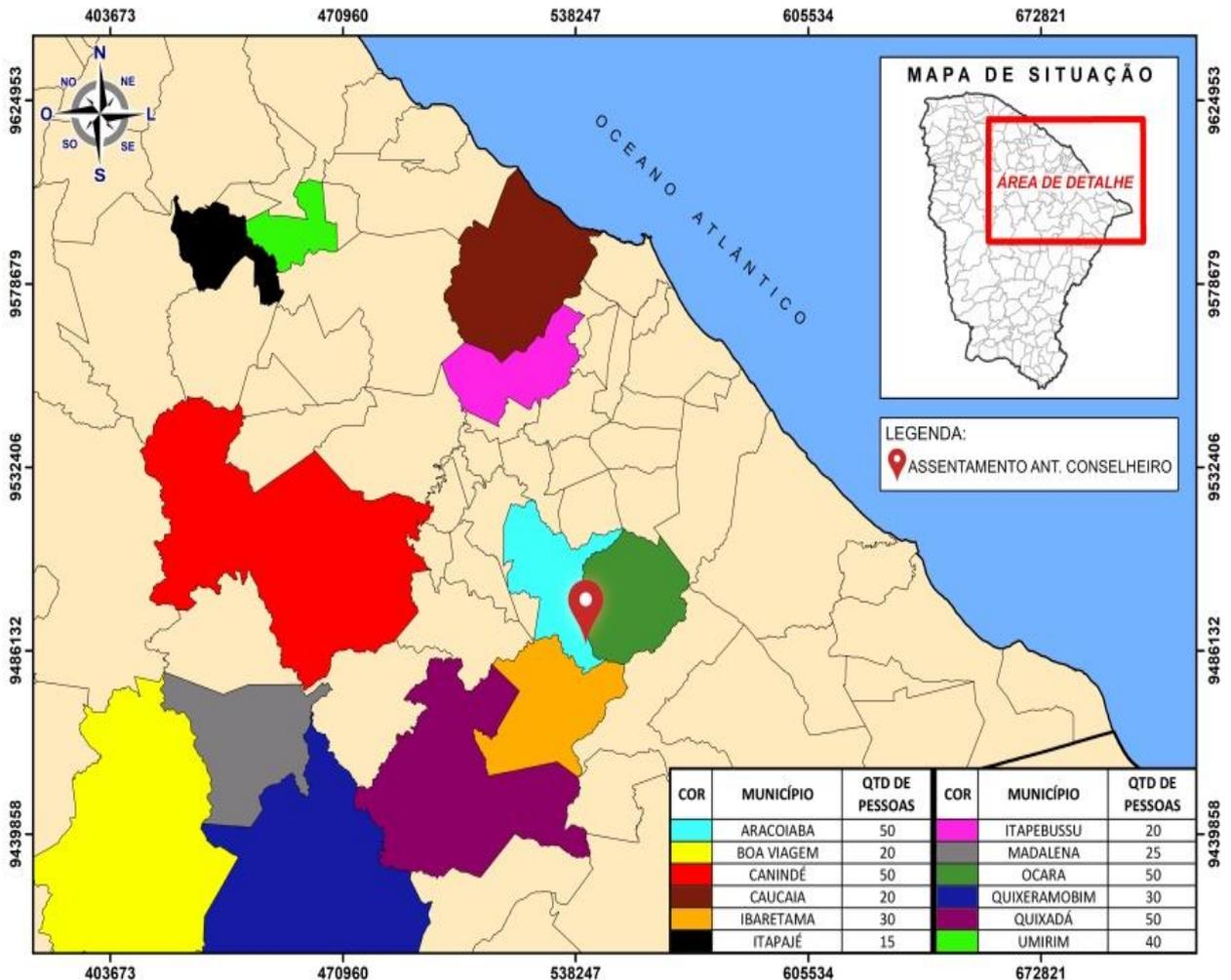
A BR 122 é a principal meio de acesso da comunidade à cidade de Fortaleza aos municípios de Quixadá e Quixeramobim no sertão central. O que ajuda no desenvolvimento econômico do assentamento. A presença de um fluxo contínuo no assentamento favorece o comércio de produtos naturais como à venda de frutas, ao longo dessa via, além de facilitar a chegada e saída dos assentados e visitantes.

Para Sales (2003 p.36-37), o Antônio Conselheiro tem

Sua importância dentre outros assentamentos da região [...] por sua grande extensão, pela proximidade de uma via de escoamento de produção, pelos recursos hídricos disponíveis e pela densa vegetação arbustiva predominante.

As famílias que chegaram ao assentamento vieram de diferentes cidades e localidades do estado. (Figura 01)

Figura 1 – Representação dos municípios de origem das famílias que chegaram na fazenda.



Fonte: Marques (2017).

Afigura01 revela manchas de origem das famílias. Podemos perceber que municípios vizinhos como Ibareta e Boa Viagem e mesmos municípios do sertão central como Canindé, Quixadá e Quixeramobim tiveram uma boa participação no número de famílias que ocuparam a fazenda.

Conforme Sales (2003), a escolha do espaço para a formação de novos assentamentos iniciou-se por meio de um levantamento dos imóveis improdutivos de uma dada região; geralmente esse trabalho é realizado pelos diretores do movimento sem-terra. Em seguida ocorreu a articulação com as famílias, que vivem em fazendas próximas a área a ser ocupada e que não possui a posse da terra e estavam passando por problemas, relacionados a conflitos com os latifundiários.

Depois da análise dos imóveis realizaram-se as reuniões cabíveis, as divulgações para as famílias que querem participar do processo de formação do novo assentamento para

que as mesmas juntem-se à luta pela terra, que se deu pelo corte do arame e a derrubada da cerca.

No caso do assentamento Antônio Conselheiro, cerca de 400 pessoas, ocupou a fazenda. Esse episódio foi retratado nas palavras do assentando M. C., que veio de Quixeramobim para a fazenda com seus pais e irmãos,

As famílias começaram a chegar aqui no dia 19 de maio de 1995, eram muitas famílias vindas de vários municípios do Ceará, acho que foram uns 12 municípios e localidades, lembro bem que vieram famílias de Boa Viagem, Quixadá, Quixeramobim, Canindé, Madalena, Caucaia, Itapebussu, Ibareta, Ocará, Aracoiaba, Umirim e Itapagé. Cerca de 400 famílias ficaram acampadas em baixo de lonas, até sair à posse da terra, foi muita resistência. (M. C. Ass. Antônio Conselheiro, 2017)

O processo de ocupação segundo Diniz (2009, p.162) “[...] é um dos momentos mais importante na luta pela terra. É o momento em que se dá a ruptura da condição a que estavam submetidos e a esperança de uma vida melhor”, ou como afirma Fernandes (2000, p.46) “[...] ao ocupar a terra, os sem-terra vêm a público e iniciam as negociações, os enfrentamentos com todas as forças políticas”. Portanto as ocupações tornam-se ações políticas que fortalecem os camponeses como sujeitos de sua própria história

No Antônio Conselheiro, todas as famílias que chegaram para a ocupação eram agricultores e tinha o desejo de ter a posse da terra para plantar. Dona R., militante do MST e assentada, afirma que

As famílias que chegaram viviam do campo, eram todos agricultores, de plantar para sustentar a família. Sai com minha família da comunidade de Rufino em Aracoiaba e trabalhei quatro anos na CIONE (Campanha Industrial de Óleos do Nordeste), com a castanha do caju, porque eu e meu marido não tínhamos terras para plantar, quando ficamos sabendo da ocupação, largamos o emprego e entramos pela luta, na resistência pra garantir nosso pedaço de chão pra plantar e viver. (D. R Ass. Antônio Conselheiro, 2017).

Muitas famílias, como a de Dona R., ocuparam a fazenda com o desejo de poder ter o acesso a um pedaço de terra para viver. Sales (2003, p.64) ao analisar o processo de ocupação no assentamento relatou detalhes do processo.

O trabalho de preparação para uma ocupação continua em uma mobilização contínua. Os militantes iniciam visitas às famílias, fazendo reuniões de informação e esclarecimento, organizam o descolamento e acompanham o grupo até a fazenda [...].

Em todo momento, o MST estava presente dando assistência às famílias, organizando a alimentação para os acampados que chegavam e dialogando com os moradores da fazenda, na tentativa de manter a boa convivência no processo de ocupação.

De maneira geral, a ocupação gerou entre os moradores medo e desconforto, devido, sobretudo o temor ao Movimento Sem Terra visto muitas vezes como o movimento formado por pessoas que gostam de “confusão”. Quando perguntado para um dos moradores antigos da fazenda o que ele sentiu quando viu a movimentação dos militantes na fazenda o mesmo nos fala que,

Deu medo, não sabíamos que povo era esse. O MST que nos conhecia era aquele que a televisão mostrava que existia confusão com a chegada deles. Então ficamos com receio de fazer alguma coisa ou que eles fizessem com a gente. Com o tempo vimos que a maioria vinha pra viver dignamente, plantando e tudo mais, porém tinha uns que só veio pra bagunçar, eram desonestos, comia nossos animais, faziam badernas dentro da fazenda, mas esses formam expulsos, não ficaram não. (Sr. E, Ass. Antônio Conselheiro, 2017).

Outra moradora antiga, irmã C., também relatou sobre o medo: “Ficamos amedrontados e com medo de perder tudo, na verdade o pouco que tínhamos”. Em outra situação, também cabe a fala de seu V. M., gerente da antiga fazenda, retrata a reação do patrão com a chegada das famílias sem terras,

Minha filha quando esse povo foi chegando, ficam os atemorizados viu, não sabíamos de onde vinha nem quem era. Quando eu comuniquei a seu Oliver ele me falou que era pra me agir com cautela, nem fosse amigo nem inimigo, que ficasse de olho na situação. Tinha uns que era mau caráter só estava pra bagunçar e tinha outros que não, que estava pra viver de bem, a família dos Câmaras aí, são boa gente demais, onde eles moram hoje era minha casa. Quando eles chegaram tinha de 60 a 70 moradores aqui vivendo, só sei que no final eu recebi minha indenização e vivo aqui plantando, não tem um ano que eu não produza nada nos meus 100 hectares. Ainda planto o milho e o feijão. (Sr. V. M., Ass. Antônio Conselheiro, 2017).

Durante o acampamento das famílias na fazenda Córrego de Quixinxé, ocorreram momentos de tensões entre os acampados e os gerentes, Zé Vicente Moura, Josa Facó e Chico Alegre, como ameaças de pôr fogo nas barracas e o uso da força policial. Os diálogos eram fervorosos, contudo não houve ocorrência de fato.

A instabilidade durante o acampamento nos faz refletir sobre o processo de ocupação em conjunto com Sales (2003, p.74),

A decisão de ocupar exige uma disposição para enfrentar diversos obstáculos, e um deles envolve o confronto direto com outros trabalhadores, os moradores das fazendas. Estes são trabalhadores e trabalhadoras rurais pobres, que vivem subordinados a um fazendeiro, condição semelhante a muitos dos que vêm ocupar a terra. Em geral esses dois grupos na aparência são pares, vivem dificuldades semelhantes, mas nesta situação específica, são opositores.

O conflito se estabelece quando se tem o medo da perda, por partes dos moradores que já não tem a posse e se imaginam correndo o risco de perder o direito de uso já estabelecido com o dono da terra.

Os moradores da fazenda ocupada também desejavam possuir a terra, mas rejeitavam a forma de luta dos acampados, não aceitavam a ocupação de terras particulares. Mesmo sendo considerada improdutiva, discordavam também da atitude dos acampados quando pegavam o leite das vacas para alimentar suas crianças com fome, ou mesmo quando abateram vacas para alimentar aquelas inúmeras famílias (SALES, 2003, p.75).

Dessa forma, ocupar e acampar são desafios complexos encarados pelos sem terras, muitas vezes pela necessidade da terra para produzir alimentos para suas famílias. Para o MST (STELILE e FERNANDES, 1999, p.115), “Se não ocuparmos, não provamos que a lei está do nosso lado. É por essa razão que só houve desapropriações quando houve ocupações”.

No caso do Antônio Conselheiro, as famílias resistiram aos contratemplos e permaneceram na terra por cerca de 11 meses lutando diante da incerteza da permanência ou não na terra. No período do acampamento realizavam muitas atividades e por meio de conversas, místicas e celebrações, mantinham viva a esperança pela posse da terra.

A mística era um momento de fortalecimento do grupo, pois era a maneira de reviver a cada dia o desejo de lutar, resgatando a cultura camponesa. Maia (2008, p.21),

[...] a mística no MST incorpora um processo educativo capaz de mobilizar militantes para uma causa social – anúncio e denúncia das lutas -, encenando e demarcando conquistas, fincando a bandeira em novo território redesenhado pelas marcas da cultura popular que traz nas trilhas e caminhadas o tom da conquista musicalizada, poesias que falam de liberdade e perseverança de um povo migrante, entoadas e encenadas, representando o cotidiano e a realidade do campo, desenvolvendo e disseminando uma consciência política, assentando histórias e memórias de assentados, recorte analítico que coincide com suas próprias vidas. (MAIA, 2008, p.21).

No processo de ocupação as instabilidades, devido, sobretudo as ordens de despejo fizeram com que o MST se mobilizasse para chamar a atenção do poder público sobre o que estava ocorrendo na fazenda. Um ato importante foi ocupar a BR 122, grande via de acesso e escoamento da produção.

Depois da ocupação da BR e inúmeras caminhadas ao fórum de Aracoíaba, uma das ações que ganhou mais destaque foi o Ato das Crianças, pois

A ação parte do pensamento de que é preciso descobrir táticas para surpreender o outro usando todos os tipos de astúcia. Nos conflitos de terra é usual barrar a polícia e pistoleiros colocando à frente crianças e mulheres, mas neste caso, eles foram além: prepararam toda uma teatralização de suas experiências vividas naquele momento através das crianças, porque entendiam que dessa forma conseguiriam mexer com os sentimentos dos detentores da lei e da justiça. (SALES 2003, p.85).

Logo após essa mobilização, ocorreu a emissão de posse da terra como explana Sales (2003, p.86),

Após esse evento a juíza revogou a ordem de despejo, e, a partir de então, foi iniciada a vistoria, terminada em novembro de 1995. O resultado concluiu que a fazenda deveria ser desapropriada por interesse social, foi considerada improdutivo.

A autora ainda complementa,

O projeto de assentamento do Córrego do Quinxé, assim como muitos outros do Ceará, pode ser considerado por alguns autores como uma política de reforma agrária, mas é, principalmente, o resultado da luta pela terra, uma vez que o projeto de assentamento somente foi implantado após a ocupação. (SALES, 2003, p.100-101)

Portanto, em 02 de abril 1996, depois de onze meses foi oficializado o assentamento Antônio Conselheiro pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Os 5.651.633 hectares foram divididos entre as famílias acampadas e moradores da fazenda, cada família ficou com cerca de trinta e oito hectares para morar e cultivar. Esses 38 hectares incluíam casa, área de roçado e quintais que muitas vezes são utilizados também para plantar pequenas lavouras e criação de animais como: porcos, galinhas, ovelhas e cabras.

Com a criação do assentamento, o grupo tinha a consciência de que a conquista da terra era só início de uma longa jornada para se fixar na mesma. Os assentados passaram a realizar reuniões mensais e quando necessárias sessões extraordinárias, para planejar o ordenamento espacial do assentamento como todo; no processo de luta por projetos governamentais que dessem condições para a permanência na terra.

No processo de ordenamento espacial, o Assentamento foi dividido em agrovilas consideradas fundamentais para o “desenvolvimento social da comunidade” Stedile e Fernandes (1999, p.100). As quatro agrovilas, também consideradas comunidades: Córrego do Facó e Sedes localizadas no município de Ocara, Umari e Furnas no município de Aracoiaba.

4.1.1 A Comunidade de Furnas

A comunidade de Furnas é formada por cerca de 50 famílias. É onde concentra-se o maior número de famílias de ex-moradores da antiga fazenda córrego do Quinxé. O uso da terra se dá pela agricultura familiar no cultivo do feijão, milho, jerimum, maxixe e mandioca, sendo utilizado o açude do Coletivo como fonte de abastecimento e na produção agrícola. (Figura 02).

Figura 02 – Agricultores realizando o plantio no roçado. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade de Furnas. Aracoiaba-CE.



Fonte: Sousa (2017)

Trata-se de uma comunidade Católica que tem como padroeiro São José (19 de Março), devido à crença de que se trata de um santo que “faz chover”. Durante o mês de março é comum entre os vizinhos e o padre rezar o terço na casa dos assentados. A localidade conta com a Associação dos Moradores de Furnas, que tem como atual presidente Seu A. O acesso para a comunidade de furnas dar-se pela CE 356.

4.1.2 A Comunidade Córrego do Facó

Em Córrego do Facó a comunidade é formada por cerca de 35 famílias, que tem na produção familiar o milho, o feijão e outros legumes que são importantes fonte de renda e alimentação dos membros da casa. As famílias complementam suas rendas, ainda, com a venda de produtos agrícolas em barracas localizadas ao longo da estrada na BR 122. Como recursos hídricos a comunidade conta com as águas do rio Chorozinho e açude da Vila.

Nessa agrovila o destaque deve ser dado à Escola do Campo Francisca Pinto da Silva. (Figura 03). A escola é uma conquista para o assentamento como um todo, pois tem propiciado aos jovens uma educação contextualizada com a realidade camponesa.

Figura 03 – Fachada da Escola. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Córrego do Facó. Ocara-CE.



Fonte: Gonçalves (2018)

Na fachada da escola, se faz presente à bandeira do MST, símbolo do movimento que teve e tem um papel importante no assentamento.

A padroeira da comunidade Córrego do Facó é Nossa Senhora Aparecida (12 de Outubro), cujos festejos se realizam de 03 a 12 de outubro. Em entrevista questionou-se o porquê de Nossa Senhora Aparecida e Dona R., militante e assentada, falou: “O povo daqui é muito devoto de Nossa Senhora. Nós fazemos muitas promessas e sempre somos atendidos, por isso quando chegamos ao assentamento resolvemos colocar ela como padroeira”. (Figura 04)

Figura 04 – Capela de Nossa Senhora Aparecida. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Córrego do Facó. Ocara-CE



Fonte: Sousa (2017).

A igreja de Nossa Senhora Aparecida, assim como as demais igrejas Católicas no assentamento tem uma relação direta com a religiosidade sertaneja, ou seja, a busca pela proteção, a fé em dias melhores ou mesmo a comemoração das colheitas.

O protestantismo também se faz presente em Córrego do Facó, com algumas igrejas como a Assembleia de Deus Bela Vista (Figura 05), que tem como coordenadores o casal irmã C. e irmão E.

Figura 05 – Assembleia de Deus Bela Vista na Comunidade Córrego do Facó. Assentamento Antônio Conselheiro. Ocara-CE



Fonte: Sousa (2017)

Essa comunidade conta com a Associação Comunitária dos Assentados e Assentadas do Assentamento Antônio Conselheiro e tem como presidente Seu M., filho de ex morador da fazenda e atualmente assentado.

4.1.3 A Comunidade Sede

A agrovila da comunidade Sede é onde localiza-se a casa sede que pertenceu ao Sr. Raimundo Facó, onde hoje funciona a associação dos Produtores. O padroeiro da comunidade é São Francisco de Assis e os festejos se realizam de 25 de setembro a 04 de outubro. Na localidade existe uma gruta destinada à veneração do santo: dona M., assentada, nos fala que a escolha pelo santo foi pelo fato de que “a maioria dos assentados da agrovila Sede era de Caucaia e lá nós tínhamos uma veneração muito grande por São Francisco, e trouxemos isso com a gente”. A comunidade conta com a Associação dos Produtores, que ajuda os assentados nas questões do dia a dia, a resolução de problemas pertinente da comunidade. (Figura 06)

Figura 06 – Sede da associação dos Produtores. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Sede. Ocara-CE.



Fonte: Sousa (2018)

A agricultura familiar está presente na comunidade, com o cultivo do feijão, do milho, do jerimum entre outros. A agrovila conta com as águas do açude 21, que além de fornecer água para a comunidade ajuda na produção da agricultura local.

4.1.4 Comunidade de Umari

A comunidade de Umari é composta por cerca de 80 famílias que trabalham com a produção familiar e o comércio de produtos ao longo da BR-122. Nessa localidade, está a escola mais antiga do assentamento, a Escola de Ensino Infantil e Fundamental Raimundo Facó, onde estudam as crianças das comunidades. (Figura 07)

Figura 07 – E.E.I. E. F Raimundo da Facó. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade de Umari. Aracoiaba-CE.



Fonte: Sousa (2017)

A Escola de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Raimundo Facó, são gestadas pela Secretaria de Educação do município de Aracoiaba. De acordo com Oliveira e Sampaio (2017), a mesma foi projetada no final da década de 1980 e construída no início da década de 1990, atendendo as reivindicações de moradores da fazenda, tendo sido oficializada em 1992 com a denominação Escola Municipal Raimundo Facó, em alusão ao proprietário da fazenda. A construção da escola foi, portanto, anterior ao movimento de ocupação.

No processo de ocupação, o número expressivo de crianças necessitava de escola para dar continuidade aos estudos, devido a este fato foi debatido em uma assembleia que decidiu por encaminhar uma comissão de acampados para ir até a sede do município, falar com o prefeito municipal de Aracoiaba sobre a abertura da escola, que foi encontrada abandonada e coberta de mato. Conforme Oliveira e Sampaio (2017, p.159), “[...] um fato motivou a ação dos acampados: o gestor municipal não aceitou matricular as crianças dizendo que não tinha escola para sem-terra”. Contudo, um grupo de educadores em especial a pedagoga Francisca Pinto, assumiu a educação das crianças até o final do ano letivo em curso, mandando, para as secretárias dos municípios de origem de cada criança, os seus resultados

finais, mas o desejo de ter a escola ainda estava presente para os assentados, por entenderam a importância da educação para seus filhos.

No período da ocupação a escola contava com duas salas de aula.

A escola já existia quando o assentamento foi criado, mas não estava funcionando, não, tinha muitos animais vivendo dentro dela. As primeiras aulas do assentamento foram embaixo de lonas. Na fazenda existia uma escola com uma estrutura precária contando apenas com duas salas de aula, que na ocasião não se encontrava funcionando, depois que teve a parceria com a prefeitura de Aracoiaba e articulação do movimento aí ela voltou a funcionar. (Profª. F. C. Assentamento Antônio Conselheiro, 2017).

O assentamento passou a ser espaço de construção política e lugar de aprendizagem. Assim depois de muitas lutas a escola foi reaberta e serve aos alunos do assentamento.

Muitos dos professores da escola são da própria comunidade, vale destacar a Dona Terezinha, que além de mestre é uma liderança dentro do assentamento por fazer parte do MST/Ce, assim como seu marido Paulo Magalhães. D. Terezinha teve participação no desenvolvimento do projeto Crianças Construindo a Soberania Alimentar, popularmente denominado projeto da horta comunitária, que funcionada na escola Raimundo Facó.

De acordo com Oliveira e Sampaio (2017) o projeto Crianças Construindo a Soberania Alimentar foi desenvolvido no período de 2011 a 2013 através de parceria entre o MST/CE, a ONG Italiana *IntervitaOnluse* a secretária de educação de Aracoiaba. O objetivo foi proporcionar melhorias nas condições de alimentação e vida das crianças assentadas. Para isso ocorreram oficinas teóricas e práticas nas quais se discutiram em rodas de conversas a história de ocupação do assentamento, as condições ambientais das áreas de cultivo, os princípios da soberania alimentar e da agroecologia entre outras questões.

O projeto também gerou ações envolvendo toda a comunidade no trabalho coletivo de construção do tanque e no preparo das sementes. Como resultado a horta comunitária foi instrumento pedagógico que diversificou os conteúdos disciplinares, contribuiu para uma leitura crítica sobre o uso de agrotóxicos, favoreceu uma reeducação alimentar na merenda escolar e se revelou como um projeto a favor do desenvolvimento rural no diálogo com os camponeses.

A comunidade conta também com a Associação dos Moradores de Antônio Conselheiro que tem como presidente Seu G.A padroeira dessa comunidade é Nossa Senhora das Candeias e a escolha veio da influência do padre J. M., no processo de ocupação e na formação do assentamento. Para os devotos, a Santa foi escolhida; devido ao significado do nome, “Candeias” que quer dizer: luz, remetendo a esperança para o novo assentado, para a

vida que recomeça. Na figura 08, a igreja de Nossa Senhora das Candeias em processo de construção.

Figura 08 – Igreja de Nossa Senhora das Candeias. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Umari. Aracoiaba-CE



Fonte: Sousa (2017).

A presença de um patrimônio material e imaterial relacionado aos santos de devoção: São Francisco, São José, Nossa Senhora das Candeias e Nossa Senhora Aparecida revelou um fortalecimento do Catolicismo no assentamento. A religiosidade do sertanejo que tem como mecanismo a mediação nas relações entre agricultura/agricultor e natureza. A fé no santo que pode trazer a chuva ou na santa que indicará a luz para se ter a justiça no acesso a terra é alimentada por uma ética/moral camponesa. A fé do camponês também se revela nas inúmeras manifestações religiosas nas comunidades que compõem o assentamento.

Há no assentamento uma articulação política entre quatro as associações que procuram contemplar diferentes gerações, buscando também ser uma gestão participativa. No processo, a luta para buscar melhorias nas condições de vida de um lugar passa não só por projetos de produção de alimentos como a fabricação de doces, mas por acesso a serviços urbanos como uma praça de encontro; a pavimentação das ruas e a coleta de lixo.

Portanto, o assentamento, a cada dia que passa está se fortalecendo como um espaço adquirido pela luta e resistência, de crianças, jovens, adultos e idosos como uma demonstração de força do camponês.

4.2 O trabalho com a agricultura familiar: os roçados e os quintais produtivos

A agricultura familiar é a fonte de alimentação e sobrevivência de muitos assentados e é do roçado que sai o sustento de toda a família como nos fala Heredia (1979, p.122) “É o roçado que fornece a comida da casa, adquirindo a expressão comida um significado especial”. Sentido especial, pois na roça planta-se o milho, o feijão, a batata doce, o jerimum, alimentos que compõe cardápio da família camponesa.

Na agricultura camponesa segundo Chayanov (1974) a produção é baseada na necessidade da família, ou seja, a produção se dá de acordo com a relação trabalho-consumo, assim não se leva em conta as demandas do mercado e sim o bem viver camponês. No Assentamento Antônio Conselheiro, o trabalho familiar acontece em todos os momentos do plantio à colheita. E também na criação de pequenos animais: suínos, aves, caprinos e bovinos.

A comunidade Umari tem a agricultura familiar como principal fonte de renda. Os roçados geralmente se encontram perto das casas ou próximos aos açudes: da Vila, do Coletivo e o açude 21. Umari conta ainda com a presença dos rios: Pirangi e o Chorozinho.

Todos estes recursos hídricos possibilitam a prática agrícola como subsistência da população. A figura 09 mostra a área de roçado sendo preparada para a plantação em Janeiro de 2018. Toda a preparação ou limpeza da área cultivada tem por base o trabalho familiar.

Figura 09 – Preparação do Solo para a agricultura. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Umari. Aracoiaba-CE



Fonte: Sousa (2018)

Nos roçados, os cultivos são de feijão e de milho. Outras culturas complementam a produção como hortaliças, jerimum, mandioca entre outros.

Os diferentes tipos de feijões plantados pelos agricultores revelam uma diversidade na colheita do alimento. Quando o feijão é colhido seco, o excedente é armazenado em tambores e garrafas pets, para que seu consumo seja realizado ao longo do ano, até ingressar numa nova safra. Na figura 10, pode-se observar o agricultor da comunidade Umari, preparando a sua área de roçado.

Figura 10 – Agricultor preparando o solo para o plantio. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade de Umari. Aracoiaba-CE



Fonte: Sousa (2018)

O milho é outro alimento bastante consumido pelo agricultor camponês. Esse é um dos legumes que podem ser colhidos verde ou seco. Quando colhido verde pode ser consumido cozido ou assado. Quando colhido seco, serve também como alimento para pequenos animais, que geralmente são criados soltos nos quintais produtivos como: galinhas, porcos, bodes e ovelhas. Na figura 11, a criação de galinhas, atividade importante para o consumo familiar e para a obtenção de renda com a venda de ovos e carne.

Figura 11 –Quintal produtivo – criação de Galinhas. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Umari. Aracoiaba-CE



Fonte: Sousa (2016)

Os quintais produtivos são bastante recorrentes no assentamento Antônio Conselheiro, além de uma prática agroecológica o mesmo é visto como um local onde pode-se aumentar a produtividade familiar.

Figura 12 – Comércio ao longo da BR-122 na Comunidade Umari. Assentamento Antônio Conselheiro. Aracoiaba-CE.



Fonte: Sousa (2018)

O comércio dos produtos vendidos nas barracas ao longo da BR 122 é, em sua maioria, produzida no próprio Antônio Conselheiro. A regulamentação das barracas é disponibilizada no projeto Terra Sol que pertence ao INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária), no qual propõe substituir as barracas de alvenaria por barracas móveis.

Nas barracas comercializam-se frutas (manga, graviola, castanha de caju, jaca, acerola e ata); temperos (pimenta malagueta, manteiga da terra e nata); mel (abelhas jandaíra e italiana); produtos industrializados (salgadinhos e bombons). (Figura 13).

Figura 13 – Diversidade de produtos vendidos na BR 122. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade de Umari. Aracoiaba-CE



Fonte: Gonçalves (2018).

Na imagem acima, podemos ver uma grande diversidade de produtos como: milho, atas, jerimum, mangas, molhos, doces, graviola, caju, castanha, acerola, ata, molhos de pimenta, manteiga da terra, nata, mel de abelha e panelas de barro que ajudam na renda dos assentados. Na figura 13, agricultor F. J., que quando não está no roçado, vende produtos na BR 122.

Em períodos de estiagens os vendedores compram alguns desses produtos, principalmente frutas, na CEASA (Centro de Abastecimento do Ceará) localizada no município de Maracanaú, garantindo ofertas e produtos à sua freguesia constante e a obtenção de renda para as necessidades diárias da família.

Nos quintais produtivos, também vamos encontrar sistemas de produção como a mandala e a produção de milho, feijão e plantas como frutas e hortaliças. (Figura 14)

Figura 14 –Quintal produtivo – milho e feijão. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade de Umari. Aracoiaba-CE.



Fonte: Sousa (2018)

Muitos dos quintais produtivos começaram a surgir devido ao armazenamento de água nas cisternas de placa e de calçadão. A técnica de armazenar água da chuva, em cisternas, em cacimbas, tanques de pedra e barragens subterrâneas propiciou ao produtor uma colheita não somente no período chuvoso, mesmo no decorrer do ano todo. Nas figuras 15 e 16 respectivamente temos exemplos de cisternas de placa e de calçadão.

Figura 15 – Cisterna de placa. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade de Umari. Aracoiaba-CE



Fonte: Sousa (2017)

Figura 16 – Cisterna de Calçadão. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade de Umari. Aracoiaba-CE



Fonte: Sousa, (2017)

Nas cisternas de placa a captação da água da chuva dar-se por meio de canos que captam a água vinda dos telhados das casas.

De maneira geral,

[...] a cisterna de placas é um reservatório cilíndrico utilizado para captação de água de chuva, construído com placas de cimento pré-moldadas e arame liso, cuja finalidade é armazenar água para o consumo básico nacional das famílias rurais, residentes na região do semiárido durante o período de estiagem. (DUARTE *apud* CARVALHO, LIMA, SILVA, 2017 p. 7).

Já na cisterna de calçada a água escorre por uma calçada de cimento até adentra em cisterna construída em um relevo baixo que a calçada, ou seja, relevo rebaixado.

No Ceará o projeto das cisternas começou a ganhar força no final dos anos 90 propiciando o surgimento e fortalecimento dos quintais produtivos, pois os mesmo representam uma forma de alimentação saudável.

Essa forma de produção se fortifica nos assentamentos cearenses graças ao projeto das cisternas implantado no governo Lula de 2003 intitulado de O Programa UM Milhão de Cisternas (P1MC).

O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), criado em 1999 pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), sendo incorporado pela agenda das políticas públicas no ano de 2003 emerge como uma das ações de fomento a convivência com o semiárido brasileiro. (CARVALHO, LIMA, SILVA, 2017, p.01),

A ASA (Articulação no Semiárido Brasileiro) desempenhou um papel importante no fortalecimento das práticas de convivência com o semiárido.

A partir de sua fundação, a ASA tem ganhado o papel de articuladora na elaboração de políticas públicas que visam à convivência com o Semiárido. A elaboração dessas políticas pela ASA contribuiu significativamente para que milhares de famílias carentes do Semiárido tivessem acesso à água de qualidade, através do emprego das tecnologias sociais, reafirmando ainda mais o termo “convivência”. Nos últimos anos, as ações empreendidas pelas organizações da sociedade civil, congregadas na ASA, obtiveram a parceria com os governos municipais, estadual e federal, contribuindo para a implementação de programas sociais destinados ao Semiárido. (CARVALHO, LIMA, SILVA, 2017, p.06).

Assim, o projeto das cisternas em parceria com a ASA influenciou na transformação espacial de diversos assentamentos no Ceará, pois a água acumulada propiciou aos assentados o uso e a posse desse recurso tão essencial para o homem do campo.

Portanto,

O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) é um dos programas de aproveitamento de água da chuva que visa mudar através, da construção de cisternas de placas, a realidade de milhares de famílias no Semiárido. (CARVALHO, LIMA, SILVA, 2017, p. 01).

Ao assentamento Antônio Conselheiro, o projeto das cisternas propiciou o crescimento e a manutenção de seus quintais produtivos. Para entendermos essa espacialização dos quintais produtivos nos utilizamos da elaboração de croquis, produzidos pelos assentados e respeitando a visão dos mesmos sobre seu espaço.

Essa temática dos croquis serviu de base para a elaboração dos mapas situacionais, presente na cartografia social, a mesma segundo Santos (2016, p.274) “é vista como um processo de construção coletiva que aproxima, em uma mesma categoria de importância, pesquisadores e agentes sociais mapeados”. Assim a escolha dessa metodologia serviu para aproximar e relevar a importância dos participantes na construção dos mapas do assentamento.

O uso dos croquis propiciou a leitura espacial dos assentados sobre o assentamento. No primeiro croqui podemos observar a representação de quintais produtivos, e percebemos que esse contexto influenciou o desenvolvimento da comunidade, fornecendo alimentos frescos e um complemento do roçado.

A comunidade de Umari foi à agrovila escolhida para a realização da pesquisa, devido ao um número maior de assentados, muitos dos quais participaram do processo de luta pela terra, também pela disponibilidade da turma do EJA Raimundo Facó, que se dispôs a participar das oficinas, e devido à mesma ter um numero maior de suportes técnicos como: uma sala de informática, mapas e matérias de apoio. No croqui 1, representação do assentamento com foco nos quintais produtivos.

Muito do que se colhe desses quintais irão para a alimentação da família e outra parte para abastecer as barracas ao longo da BR 122. Na figura 17 os quintais produtivos do Seu G. e dona G., com destaque pra produção de coentro e cheiro verde.

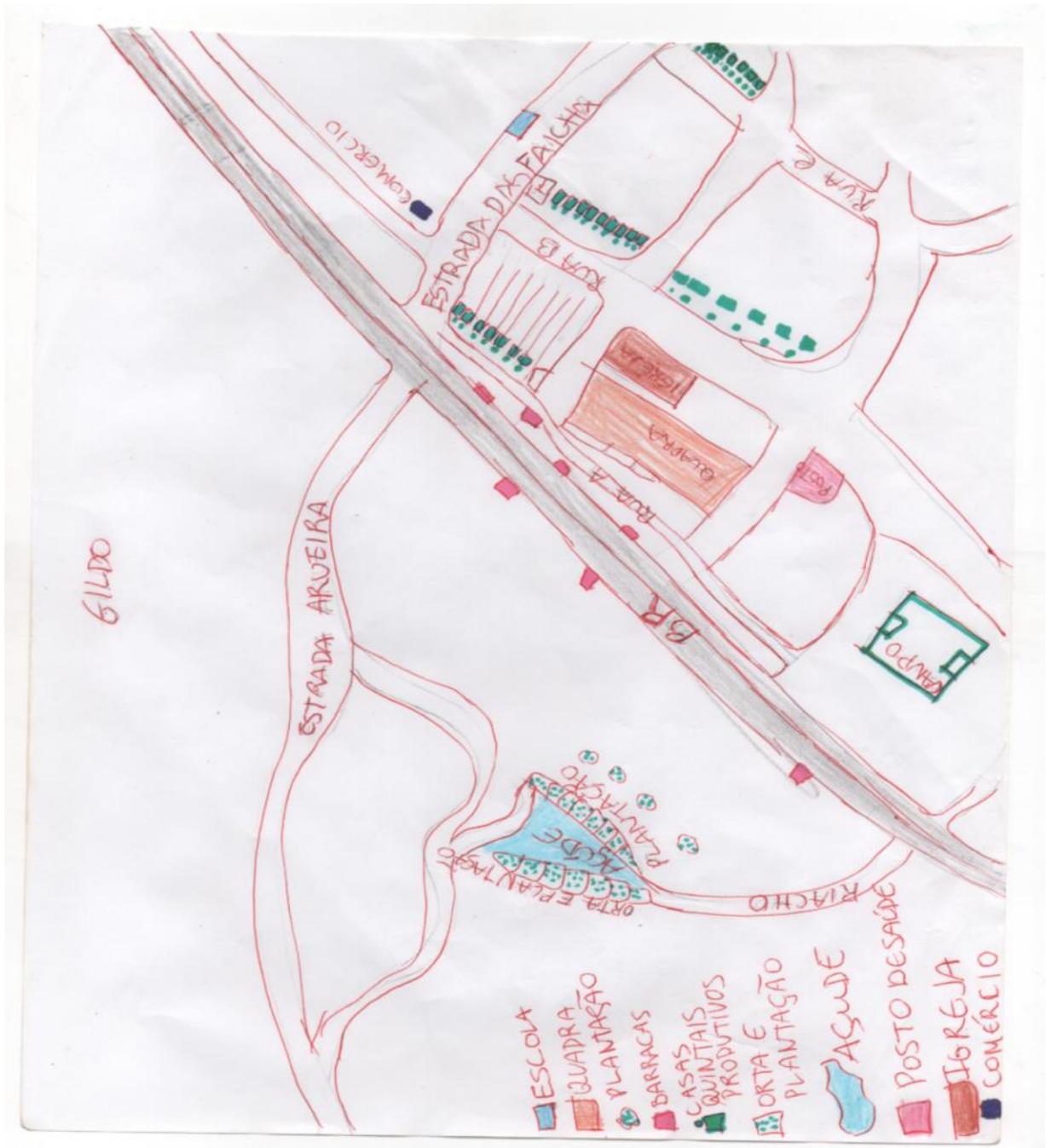
Figura 17 – Quintais produtivos-coentro e cheiro verde. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Umari. Aracoiaba-CE.



Fonte: Gonçalves (2018)

No croqui 02, está representado as principais vias de acesso ao assentamento, as demais localidades que fazem fronteira com o mesmo como a BR 122 e as estradas das Faixas e Arueira. Estas estradas são importantes para a comunicação do assentamento com outras comunidades, trocando muitas vezes experiências e conhecimentos.

Croqui 2 – Espacialização do assentamento/vias de acesso na comunidade Umari. Assentamento Antônio Conselheiro. Aracoiaba-CE.

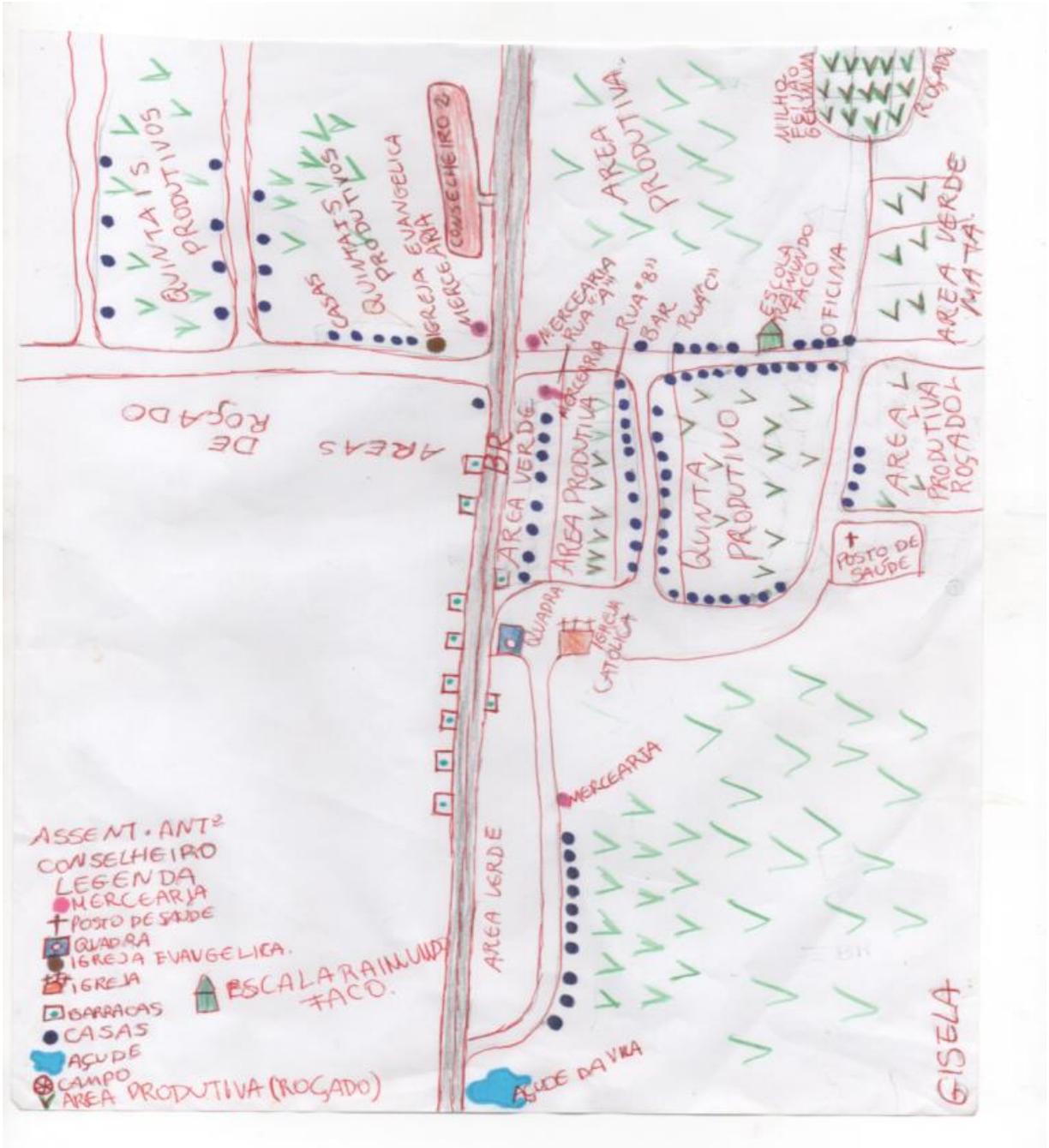


Fonte: Seu G e Dona G. (2018)

O croqui do Seu G. representa também, uma riqueza de detalhes da comunidade de Umari: barracas, escola, açude, posto de saúde, igreja, quintais produtivos, áreas de roçados e casas. Elementos que representam a diversidade daquela comunidade.

No croqui 3 destacam-se os roçados e os quintais produtivos, esses espaços são utilizados também para a criação de animais como: gado, galinhas, porcos, ovelhas e cabras. Animais esses que complementam a alimentação e a renda das famílias. Na imagem abaixo podemos observar uma pocilga, local onde se cria porcos, muitos desses animais irá complementar a alimentação da família.

Croqui 3 – Representação espacial do Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Umari. Aracoiaba-CE



Fonte: Dona G. (2018)

Figura 18 – Pocilga, quintal produtivo. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade de Umari. Aracoiaba-CE



Fonte: Sousa (2018)

Portanto, as cisternas de placas promoveram o desenvolvimento dos espaços produtivos nos assentamentos de reforma agrária do Ceará, em especial Antônio Conselheiro, dando suporte hídrico para a manutenção das produções. Assim essa atividade acaba tornando-se essencial para garantir uma alimentação mais saudável para os assentados, na figura 19 representação de uma cisterna de calçadão.

Figura 19 – Cisterna de Calçadão. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Umari. Aracoiaba-CE.

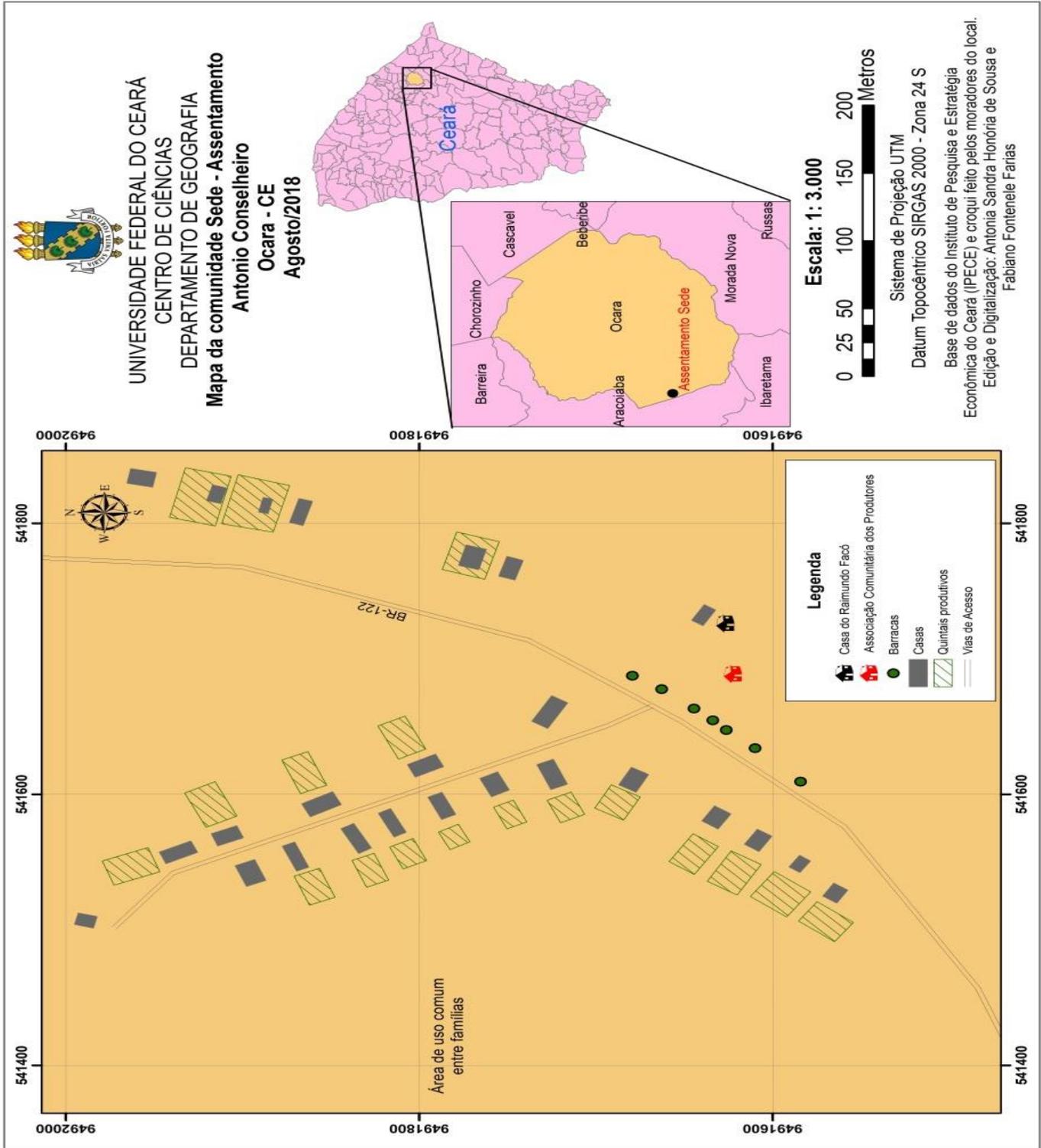


Fonte: Sousa (2018)

A partir da leitura dos croquis confeccionados pelos camponeses, foi possível elaborar mapas situacionais das quatro comunidades que compõem o assentamento, baseados na leitura espacial dos assentados sobre o espaço nos quais os mesmos estão inseridos.

No mapa 02, temos a espacialização da comunidade Sede. A organização das casas em forma de agrovila é formada pelas casas de moradia com seus quintais produtivos. Foi observada também a casa de Raimundo Facó, que era o dono da antiga fazenda e o local que é sede da Associação Comunitária dos Produtores. Nesse mapa 03 representa a comunidade da Sede, com base no croqui dos assentados: Seu A., Dona E., Seu J. F., Seu F. M. e Seu S. P.

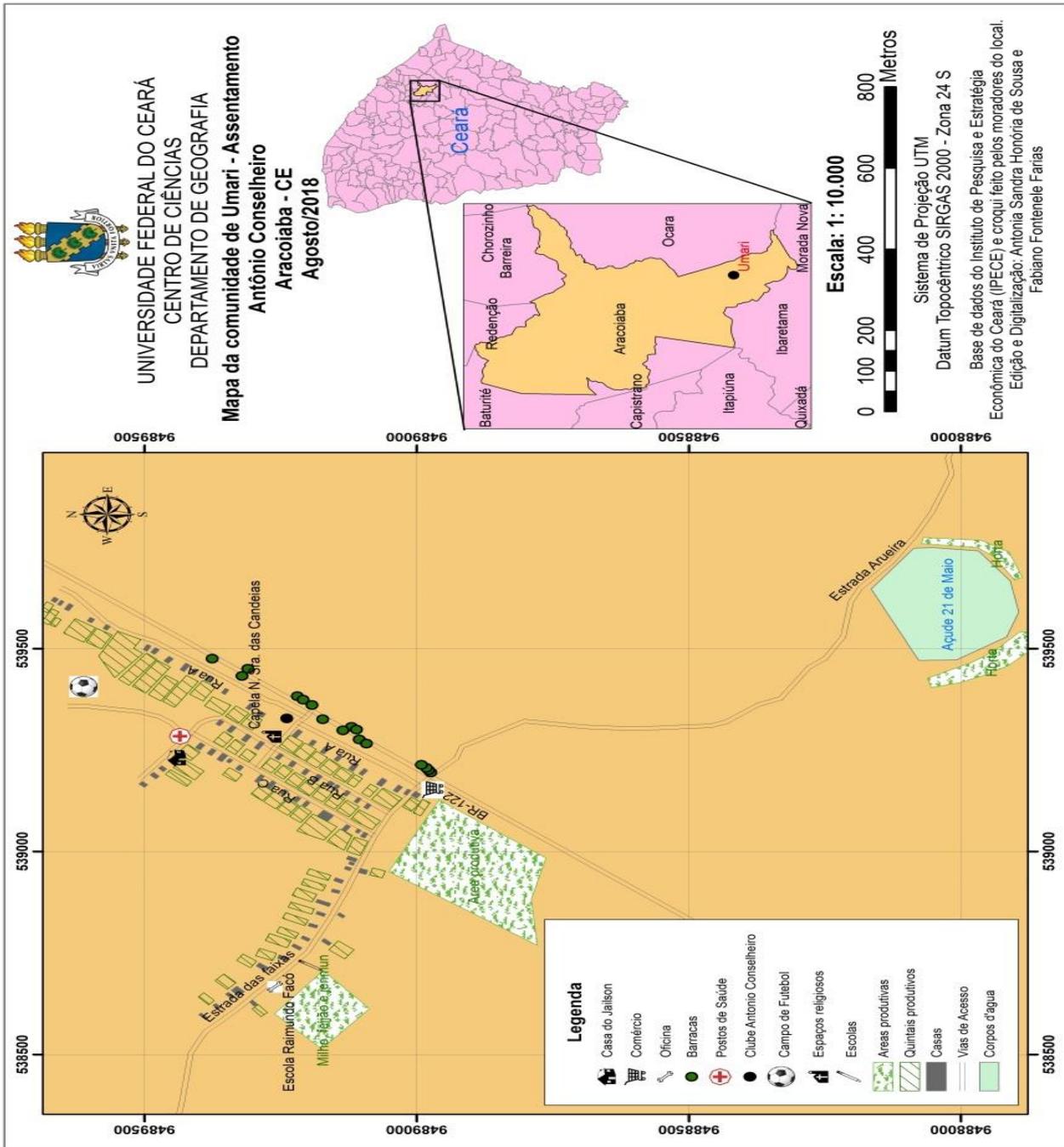
Mapa 02 – Mapa da Comunidade Sede.



Fonte: Farias (2018)

O segundo mapa foi feito a partir dos croquis dos assentados Sr. G, Dona G, Dona P., M, I, Dona E, Dona Ce, Dona E, Sr. A, Dona E, Seu JF, Sr. F M e Sr. S P.

Mapa 03 – Comunidade Umari. Assentamento Antônio Conselheiro. Aracoiaba-CE



Fonte: Farias (2018)

O mapa 03 está representando a comunidade de Umari, local de origem dos alunos da oficina de elaboração dos croquis. O mapa detalha a disposição das casas que por vezes estão dispostas em forma de agrovilas; noutras em forma de tabuleiro, lembrando um pouco da formação de bairros.

Os quintais produtivos também são destaques como extensões das casas. Áreas produtivas com roçados estão distribuídas ao Sudeste e Sul do Assentamento. Equipamentos sociais e culturais como postos de saúde (Figura 20) clube, escola, capelas, campo de futebol e área comercial estão concentradas na área mais urbanizada do assentamento.

Figura 20 – Posto de Saúde da Comunidade de Umari. Assentamento Antonio

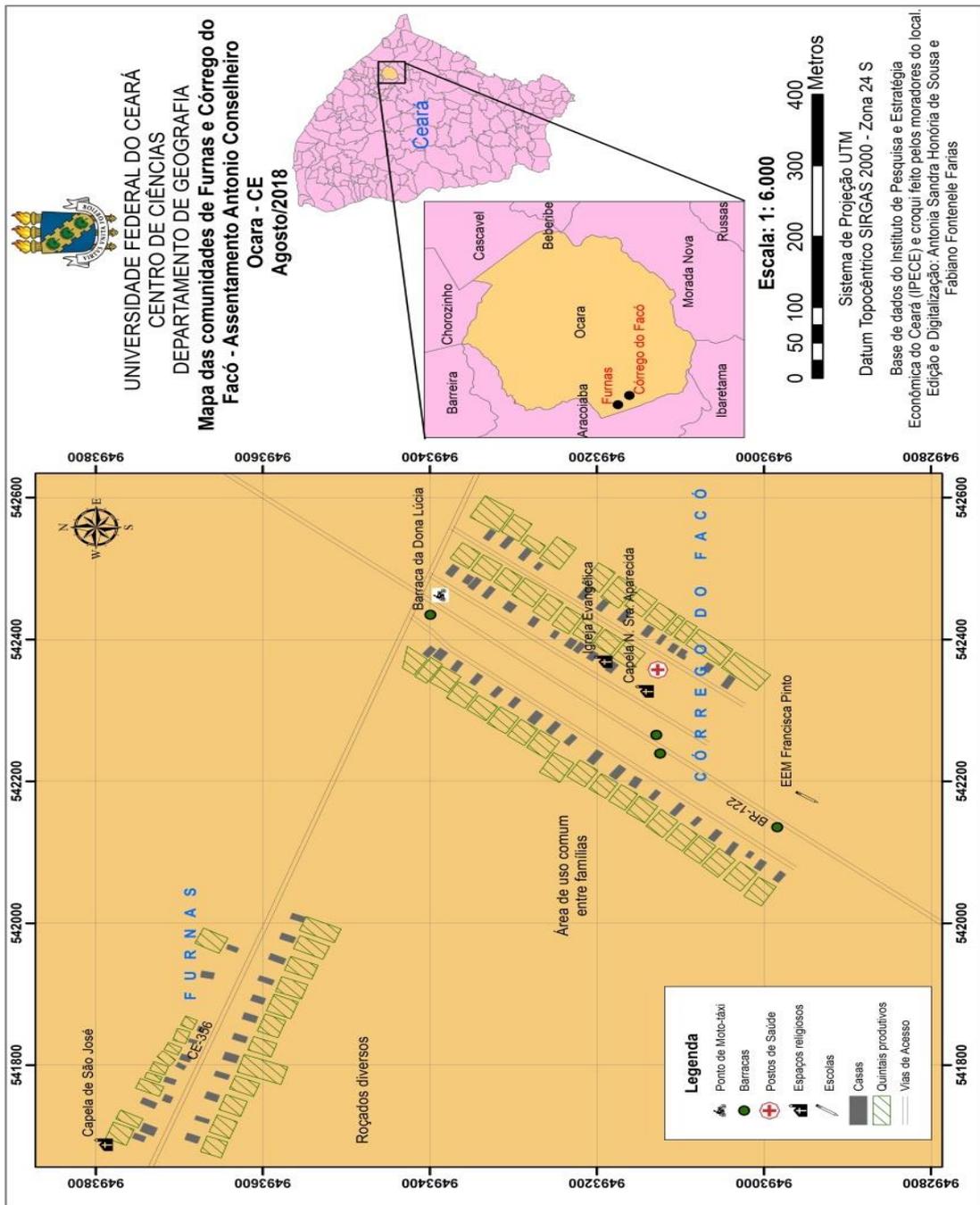
Conselheiro. Aracoiaba-CE



Fonte: Sousa (2018)

No mapa 05 produzido a partir dos croquis dos assentados Seu E, Dona J. Seu J. F., Seu F. M. e Seu S. P. e Dona E. A visão dos assentados tem bastante relevância, pois expressa seus olhares sobre a sua comunidade.

Mapa 04 – Comunidades de Furnas e Córrego do Facó.



Fonte: Farias (2018)

Pela questão da proximidade, o mapa 04 está representando as comunidades de Furnas e Córrego do Facó. Realizando uma leitura sobre representação de Furnas, notamos a presença dos quintais produtivos, a disposição das casas e a capela de São José.

Já a parte que cabe a comunidade de Córrego do Facó, os detalhes destacados são os quintais produtivos, a disposição das casas, a escola do campo Francisca Pinto e a igreja Evangélica: Assembleia de Deus.

Todos os mapas foram elaborados a partir da visão dos assentados, levando em consideração a espacialização que cada um tem de seu assentamento, representando assim costumes do cotidiano.

Os mapas chegaram num momento pertinente para o assentamento, pois as comunidades estão fazendo um levantamento sobre as atividades desenvolvidas no assentamento e o reordenamento de novos espaços de lazer e produção. Além dos quintais produtivos e do comércio na BR 122, que também fazem parte desse levantamento. Desse contexto, Seu G. ressaltou: “Fica mais fácil às pessoas verem que estamos trabalhando, que além dos roçados temos outros projetos nas comunidades que fortalece a luta camponesa, daí a importância de uma cartografia simples”.

Para Dona G., os quintais produtivos representados no mapa, são elementos muito importantes para os assentamentos, pois fornece para os mesmos alimentos frescos e saudáveis que ajudam no desenvolvimento das pessoas.

O bom do mapa foi a riqueza dos detalhes, e a divisão que você fez das agrovilas também foi muito legal, para que os assentados possam ter a dimensão das partes do assentamento. Porque como o assentamento são quatro agrovilas, ele está muito espacializado e isso muitas vezes faz com que os próprios assentados não tenham a dimensão da sua agrovila, com os mapas fica mais claro essa divisão. (Dona G., Assentamento Antônio Conselheiro, 2018)

Para Gisela, essa divisão do assentamento irá facilitar no processo de emancipação o conceito de emancipação está relacionado às ações coletivas dos sujeitos sociais, isto é, a união da classe trabalhadora em busca de liberdade, pois o mesmo se encontra nesse momento de decisão para se votar em uso de terra comum ou individual. Com o mapa fica clara a divisão das agrovilas.

O termo emancipação refere-se à autonomia que o assentamento busca ao longo dos anos de resistência, segundo Silva (2013, p. 736),

[...] a emancipação, então, é o processo de libertação se ampliando para a vida social, no qual os sujeitos vão constituindo formas de ser e estar no mundo [...]. Isso quer dizer que a emancipação é um processo de autonomia e empoderamento para intervir no mundo, promover ações voltadas ao desenvolvimento do ser humano, ressignificando o conhecimento e se apropriando de entendimentos dialéticos da história.

Portanto o mapa serviu como um instrumento de análise e observação deste espaço em vias de processo emancipatório. No dia da entrega do mapa da comunidade Umari

(figura 21), a líder comunitária deixou clara a importância do mapa no processo de emancipação do assentamento.

Figura 21 – Entrega do mapa social. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Umari. Aracoiaba-CE



Fonte: Gonçalves (2018)

O momento tem sido de decisões sobre áreas de cultivo; mudanças no material das barracas; A reestruturação de áreas de várzea e com o mapa fica materializada a divisão das comunidades e a localização das casas de moradia; de quintais produtivos, das escolas entre outros equipamentos, daí a importância dessa cartografia simples. (D. G. Ass. Antônio Conselheiro, 2018)

Em todos os croquis foi revelada a importância dos quintais produtivos das famílias assentadas. Nesses quintais existem o cultivo de milho, feijão, pequenas hortas e criação de animais. Assim podemos perceber a relevância dos quintais produtivos para a família camponesa.

4.3 O Assentamento e suas festividades.

O Antônio Conselheiro está repleto de festividades culturais, muitas das quais relacionadas com o calendário agrícola na região. Nas novenas que antecedem os dias de santo as comunidades realizam quermesses, rodas de cantorias, bingos e leilões em torno das capelas. Os festejos tornam-se, portanto, momentos de reunião e encontro nos quais se discutem os problemas, as angústias, as novidades no trabalho, na política e na vida do campo.

No mês de junho, celebra-se a colheita do milho e feijão. Um evento marcante na comunidade, pois agrega a devoção a Santo Antônio, São João e São Pedro, Nesse festejo, as

noites do assentamento são animadas com as quadrilhas dos idosos, das crianças e dos jovens. Essa última denominada “Quadrilha Força Jovem”. As quadrilhas juninas são realizadas no clube de festa Antônio Conselheiro (Figura 22) localizado na comunidade de Umari.

Figura 22 – Clube Antônio Conselheiro na comunidade Umari. Assentamento Antônio Conselheiro. Aracoiaba-CE



Fonte: Gonçalves (2018)

O clube Antônio Conselheiro foi construído no intuito de ser um local de festejos, celebrações, reuniões de assembleias gerais com as quatro associações. O local também pode ser alugado para eventos de fora do assentamento, garantindo uma renda extra para a associação, para ser investido na comunidade. Hoje está em funcionamento com uma turma de Educação de Jovens e Adultos do Campo e conta com assentados e jovens que buscam uma oportunidade de aprendizagem e socialização na educação formal. Na figura 23, jovens realizando uma atividade recreativa.

Figura 23 – Momento de lazer no Clube Antônio Conselheiro na comunidade Umari. Aracoiaba-CE



Fonte: Sousa (2018)

Outro festejo importante é o aniversário do assentamento dia 20 de maio. Na figura 24 a programação do aniversário de 23 anos do Assentamento.

Figura 24 –Programação do aniversário do assentamento Antônio Conselheiro

PROGRAMAÇÃO DA SEMANA DO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO:	
>>15/05/2018<< *Abertura das ações na Escola Raimundo Facó: • 8:00hs-Governo Itinerante "café da manhã na comunidade"; • 19:00hs-Concurso miss e mister Raimundo Facó e escolha da 1ª garota camponesa do Assentamento Antônio Conselheiro.	>>19/05/2018<< *Na Escola de Ensino Médio Francisca Pinto: • 08:00hs-Torneio; • 19:00hs-Mística, missa e logo após, show com Zé Vicente, Cecília do Acordeon e outros.
>>16 e 17/05/2018<< • Continuidade das ações do Governo Itinerante.	>>20/05/2018<< *Na quadra: • 07:00hs-Hasteamento da bandeira, café da manhã (partilha); • 12:00hs-Almoço comunitário; • 19:00hs-Missa em ação de graças aos 23 anos de lutas, conquistas e vitórias do Assentamento Antônio Conselheiro;
>>18/05/2018<< *Na rua 'C': • 08:00hs-Maratona da comunidade; • 09:00hs-Corrída de jumento; • 19:00hs-Clube Antonio Conselheiro - Culto em ação de graças.	• Logo após noite cultural, desfile da miss e mister Raimundo Facó e da 1ª garota camponesa 2018; • Apresentação de reisado; • Seresta com Carlinhos melodia; • Bingo de um liquidificador.

Fonte: Assentamento Antônio Conselheiro (2018)

Para celebrar o movimento de ocupação e resistência, destina-se uma semana de atividades festivas, nas quais as quatro comunidades participam e colaboram na organização de celebrações de missas, forrós, torneios de futebol, desfile da garota camponesa, reisados, serestas, místicas de acolhimento, corrida de jumentos, cafés e almoços comunitários, entre outros momentos de encontro de gerações que relembram com orgulho os momentos iniciais da ocupação, da conquista e da luta pela terra. Na figura 25, celebração da missa em comemoração ao aniversário do assentamento.

Figura 25 – Missa em comemoração ao aniversário do assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Córrego do Facó. Ocara - CE.



Fonte: Sousa (2018)

Na figura 25, podemos ver a alusão ao MST, no momento da missa celebrada pelo padre J., sendo representado pela bandeira do movimento, demonstrando a força e a atuação do mesmo neste assentamento que se fortalece a cada ano. A figura 26 mostra uma família camponesa segurando a bandeira do MST como forma de demonstração da importância do movimento de luta pela Reforma Agrária.

Figura 26 – Família camponesa segurando bandeira do MST. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade de Córrego do Facó. Ocara-se.



Fonte: Sousa (2018)

As atividades programadas foram organizadas e desenvolvidas entre os coletivos do assentamento. O grupo de mulheres intitulado: “Mulheres Valente do Antônio Conselheiro”, e o grupo de jovens denominado “Força Jovem”, estão constantemente dialogando no sentido de dinamizar os encontros e mobilizações sociais e políticas no Assentamento. As escolas de ensino fundamental e médio são espaços por excelência de encontro dos grupos.

Na figura 27, um ato de recordação sobre a conquista da terra apresentado na missa de aniversário do Assentamento Antônio Conselheiro. Nessa mesma figura, temos uma assentada, realizando uma ação de graça, relembrando a posse da terra do assentamento, em seu aniversário de 23 anos. Os pés no chão demonstrando a garra do trabalhador e levando uma enxada, representando a agricultura familiar.

Figura 27–Mística no interior da missa em ação de graça. Assentamento Antônio Conselheiro. Comunidade Córrego do Facó. Ocara-CE



Fonte: Sousa (2018)

Aos 23 anos, o Assentamento Antônio Conselheiro conta com quatro comunidades especializadas ao longo de cerca de 500 hectares. Em todas as comunidades encontramos casas amplas com quintal e cerca de proteção. Dos equipamentos que servem as comunidades tem igrejas, dois postos de saúde, duas escolas de excelência, quadras de esporte e campos de futebol.

Outra festividade que passou a integrar o dia a dia do assentamento Antônio Conselheiro foi a Feira da Agricultura Familiar. Toda sexta feira ocorre na sede municipal de Aracoiaba aonde vão representantes do assentamento. Geralmente os assentados levam

produtos produzidos nos quintais produtivos, o que torna os quintais espaços de produção não só para a soberania alimentar da família, mas também para a produção de renda extra.

Portanto a assentamento Antônio Conselheiro, é um exemplo de conquistas da terra, do fortalecimento do homem do campo, que luta dia a dia pra manter sua essência e diante dos obstáculos pelo acesso e permanência na terra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que ao longo dos anos o Brasil foi palco de intensas batalhas no espaço agrário brasileiro, ocasionado principalmente pelo modelo capitalista de produção que definiu e define o modelo de ocupação de terras. Na colonização com o sistema plantation e hoje com a política do agronegócio, gerando disputas por terras entre camponeses e grandes proprietários de terras.

Esses conflitos tornam-se mais evidente no século XX, devido, sobretudo uma maior organização camponesa. Como resultado dessa organização foram criados alguns dispositivos legais que os ajudaram na conquista da terra como: o Estatuto da Terra, os Planos Nacionais de Reforma Agrária e a Reforma Agrária de Mercado. Todas tentativas de solucionar os conflitos por terra, porém nem uma realmente conseguiu sua total efetividade.

Muitos dos governos, pós anos 60 do século XX, buscaram ações paliativas para acalmar os ânimos no campo. E essa realidade ainda é recorrente no Brasil.

A discussão sobre a questão agrária no Brasil continua a ser um tema invisibilizado nas propostas de governo. Com isso, podemos afirmar que o que existe como reforma agrária no campo tem sido resultado direto da organização camponesa na luta pela terra. Juntando-se a essas lutas, temos inúmeras entidades que lutam com os camponeses na busca por mais igualdade no campo como CPT, Contag e MST.

Como destaque desses movimentos temos o MST, que tem se revelado ao longo dos seus quase 30 anos ser um movimento fundamental na organização de base nas comunidades camponesas; o diálogo e a formação dos coletivos tornaram o assentamento espaço de organização de jovens e das mulheres na luta por direitos entre outras questões. O MST está sempre atuando: dialogando, realizando atos em prol dos camponeses sem terra.

Os assentamentos rurais são espaços de resistência, locais de superação e que representa uma nova oportunidade de vida para os camponeses, que conseguiram um pedaço de terra para plantar e morar sem os mandos e desmandos do grande fazendeiro.

Pesquisar e estudar esses espaços foram de extrema importância para o fortalecimento dessa classe que demonstra, apesar das dificuldades, está a cada dia superando os desafios desse sistema opressor.

Como exemplo dessa luta tem-se o Assentamento Antônio Conselheiro, localizado nos municípios de Ocara e Aracoiaba, que surgiu devido à articulação camponesa e o MST, que juntos foram à luta na conquista pela terra e hoje com 23 anos, permanece na busca por melhorias e crescimento enquanto grupo social.

Diante deste contexto, entender como estar estruturado esse assentamento é extremamente relevante para seu processo de emancipação. A pesquisa propiciou como uma ferramenta apresentando o Assentamento Antônio Conselheiro como local de resistência do homem camponês, destacando suas principais atividades econômicas e culturais. Expondo o assentado como um personagem que está na busca diária por melhorias e sustento de sua família, seja na luta com o roçado, ou na venda de excedentes nas barracas ao longo da BR 122. Seja na busca por educação para seus jovens, no contexto escolar da escola Francisca Pinto e escola Raimundo Facó, ou na sua própria formação educacional enquanto estudantes do EJA Raimundo Facó.

No processo de organização territorial, os camponeses estão territorializando a luta por políticas públicas, educação, soberania alimentar e reforma agrária popular. Acreditamos que a luta desse assentamento constitui uma força para quebrar os paradigmas que assentamento é local de “preguiçoso” que não quer trabalhar.

Devemos enxergar o homem do campo como sujeito social que luta pelo acesso e a cima de tudo pela permanência na terra, com o intuito de sua reprodução da vida. Ademais a busca pela permanência é constante e necessária frente às dificuldades do acesso à terra no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Reforma Agraria, desenvolvimento capitalista e democrática. *In*: LALO, Laurindo Leal. (org.). **Reforma Agrária da Nova República**. 2. ed. São Paulo: Cortes EDUC, 1986.p.07 – 40
- ALENCAR, Francisco Amaro de. **Segredos Íntimos**: a gestão nos assentamentos de reforma agrária. Fortaleza: EUFC, 2000.
- ALENCAR, Amaro Gomes de. **Uma Geografia das Políticas Fundiárias no Ceará**. 2003. 379 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.
- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes; DINIZ, Aldiva Sales, Revista **MERCATOR**, Fortaleza/Ceará, v. 09, n. 20, p.133 – 148, 2010.
- ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. **Reforma Agrária no Governo Lula**: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária. 2006. 200 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, UNESP, Franca, 2006.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o Homem no Nordeste**: Contribuições ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. 8. ed. São Paulo: Cortes, 1962.
- ANDRADE. Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.
- BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. **O Engodo do novo mundo rural**: Reflexões a partir de Canindé. 2003. 210 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.
- BARREIRA, Cesar. **Trilhas e Atalhos do poder**: conflitos sociais no Sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1994.
- BRASIL. **Estatuto da Terra**- nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: www.planalto.gov.br/pdf. Acesso em 10 set. de 2018.
- BURSZTYN, Marcel. **O Poder dos Donos**: Planejamento e Clientelismo no Nordeste. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- COSME, Claudemir Martins. Os governos do PT e os descaminhos com a questão agrária no Brasil: Contribuições para um diálogo polêmico, necessário e imprescindível à classe trabalhadora. **Revista Pegada**, São Paulo, v.17, n.1, p. 312 – 343, 2016.
- DELGADO, Guilherme. **A questão Agrária no Brasil, 1950-2003**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br>. Acesso em 13 abr. 2018.
- DELGADO, Guilherme. Economia do Agronegócio (Anos 2000) como Pacto do Poder com os Donos da Terra. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**. São Paulo, v.12, n.15, p.45 – 89, 2013.

DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando Caminhos: a resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação.** 2009. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, USP, São Paulo. 2009.

DINIZ, Aldiva Sales. Contribuições Teóricas para a compreensão do campesinato. **Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE**, v.12, n.1, p. 35 – 46, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES; Bernardo Mançano. **A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil,** São Paulo, v.100, Fevereiro 2017. p. 1–29.

FERNANDES, Bernardo. Mançano. Por uma Educação Básica do Campo. *In:* ARROYO, M.G. (Org.). **Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo.** Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999. p. 53 – 85.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores rurais sem terras – Brasil. **Revista Nera.** Presidente Prudente. São Paulo, p.1-n. 4, p. 50 – 90, 1998.

GERMER, Claus. Capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. *In:* Stedil, João Pedro. (org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas de 1954 – 1964.** 2. ed. São Paulo: Expresso Popular, 2013. p.171–180.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980.** São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Unicamp. 1996.

HEREDIA, Beatriz Maria Alsi. **A Morada da Vida: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOLANDA, Francisco Uribam Xavier. **Mudancismo e Conservadorismo no Ceará: desenvolvimento rural na Era Jereissati (1986 – 2002).** Fundação Konrad Adenauer, Fortaleza, 2006.

JUNIOR, Plinio Soares de Arruda Sampaio. **Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária.** São Paulo: 2013.

MAGALHÃES, Sandra Maria Fontinele. **A educação do campo no fortalecimento do campesinato: da ação dos sujeitos coletivos à construção de uma escola de formação.** 2017. 152 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MAIA, Luciola Andrade. **Mística, Educação e Resistência no Movimento dos Sem Terras – MST.** Fortaleza: UFC, 2008.

MARTINS, José de Sousa. **Expropriação e Violência: A questão política no Campo.** São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Sousa. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1995.

- MARTINS, José de Sousa. **O Poder do Atraso: ensaios de sociologia da historia lenta**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MARTINS, José de Sousa. **A Reforma Agrária e os limites da democracia na "Nova República"**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma Agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abhamo, 2003.
- MOLINA, Mônica Castagna. **Coleção Por Uma Educação Básica do Campo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
- MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil. STEDILE, João Pedro. (org.). **A história e natureza das Ligas Camponesas**. São Paulo: Expresso Popular, 2002.
- MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação**. São Paulo: Contexto, 2011.
- MORO, Maristela Dal. A Atualidade da Questão Agrária. *In: VII JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS*, 2015, São Luiz. **Anais[...]**São Luiz: UFMA, 2015. p. 1–12.
- MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1988.
- MST, **Programa Agrário: Lutar, Construir Reformar agrária Popular**. São Paulo: 2014.
- MST, 2009. **Assentamentos Rurais**. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 03 jul. 2018.
- MUNIZ, Edmundo, **A Guerra Social de Canudos**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.
- NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério. Naques; VARGAS, Neide. César. Histórico e limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Revista: Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 110, p.213–240, abr./jun. 2012.
- OLIVEIRA, Alexandra Maria de. A Política de Contra-reforma Agrária do Banco MUNDIAL no Ceará. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 19, p. 151–175, 2006.
- OLIVEIRA, Alexandra Maria. **A Contra-reforma agrária do Branco Mundial e os Camponeses no Ceará – Brasil**. 2005. 364f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana pela USP, São Paulo 2005.
- OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, José Antônio Jeová. Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária. **Revista NERA**. Presidente Prudente, n. 37, p. 154 –168, 2017.
- OLIVEIRA, Alexandra Maria. Formas de sujeição e sociabilidade camponesa no semiárido. **Boletim Goiano de Geografia**. v. 35, p. 273–288, 2015.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas do Campo**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 1980. (org.) STEDILE, João Pedro. **A questão Agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. 1.ed. São Paulo Expresso Popular 2013, p.55–80.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta**. (Org) MST, Caderno de conflitos no campo 2015, p.29–77.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). -**Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto 2012, p. 20 – 60.

SANDRONI, Paulo. O PNRA, ou o reformismo concervador. *In*: LAURINDO Leal, Lalo. **Reforma Agrária da Nova República**. 2 ed. São Paulo: Cortes: EDUC, 1986.

SANTOS, Dorival dos. Cartografia social como perspectiva contemporânea da geografia. Revista: **Interespaço**, v. 2, p. 273 – 293, 2016.

STEDILE, João Pedro; MORAIS, Clodomir Santos de; PAGE, Joseph A. **História e Natureza** das Ligas Camponesas. São Paulo: Expresso Popular, 2002.

STEDILE, João Pedro. **A questão Agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas 1954 – 1964**. 2. ed. São Paulo; expresso popular, 2012.

PAULA, Luiz Antônio Maciel de. **A Política Agrária e o Papel da Academia**. *In*: SALES, Celecina de Maria Veraz. **Terra, Sujeitos e Condição Agrária**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2007.

PINTO, Luana Elis Oliveira. **Mosaico de Resistências: Os Conflitos por Terra no Espaço Cearense (1995 – 2010)**. 2016. 105 f. Dissertação (Mestrado) – Pós Graduação em geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2016.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

INCRA, **Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília: MIRAD, 1985.

SALES, Celecina de Maria Veraz. **Criações Coletivas da Juventude no Campo Político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST**. 2003. 321 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFC, Fortaleza. 2003.

SILVA, Luciano Bezerra da. Reforma Agrária – **A Conquista de Novos Territórios – O Caso do Assentamento Tiraçanga Logradouro – Canindé Ceará**. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia UFC, Fortaleza 2010.

SILVA, Luiz Estevaldo. O sentido e o significado sociológico de emancipação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, n.11 v.03 set./dez. 2013.

SOUSA, Antonia Sandra Honoria de; OLIVEIRA, Alexandra Maria de Oliveira. O Saber Geográfico e a Educação do Campo na Construção do Conhecimento dos Jovens Camponeses. **Revista – Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE, v. 19, n. 02, p. 80 - 91, 2017.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.